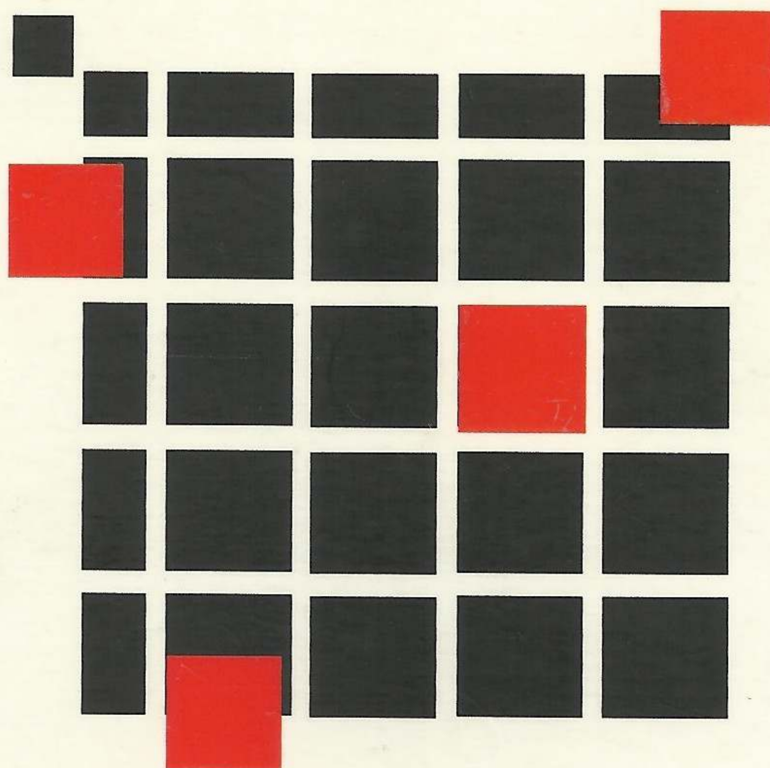
A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais

CELSO PEREIRA DE SÁ



ed
uerj



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor
Antônio Celso Alves Pereira

Vice-reitora
Nilcéa Freire

Sub-reitor de Graduação
Ricardo Vieiralves de Castro

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa
Reinaldo Guimarães

Diretora do Instituto de Psicologia
Solange de Oliveira Souto

Coordenadora do Curso de Mestrado em Psicologia
Maria Lucia Seidl de Moura

Colaboraram na elaboração deste livro:
Orientandas:
Claudia Rabello de Castro, Danielle Leal Caldas e Luciene Alves Miguez

Mestrandas/o:
Aline Maria S. Pereira, Carla Cristina R. Damas, Cléa Soares Cerqueira, Elen Mara de G. Léo, Maria Izabel S. Garcia, Rosenilda A. Sant'Anna e Valdei Lopes de Araújo

Graduandas/o:
Bernadete Gomes Cruz, Carina Cury Borchardt, Carmen Marina H. Sande, Deise Mattos Ferreira, Emanuella Braga D. Ribeiro, Giovanna Moreira dos Santos, Marcelina Marri B. Coutinho, Márcia Cristina L. Machado, Maria de Fátima S. da Silva e Ricardo Abidala Keide

Celso Pereira de Sá

A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais



Rio de Janeiro
1998



EdUERJ

Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Coordenador de Publicações: Renato Casimiro
Produção/Projeto Gráfico/Diagramação: Rosania Rolins
Revisão: Ana Silvia Gesteira e Jeaneth Medeiros
Capa: Heloisa Fortes
Apoio Administrativo: Maria Fátima Mattos

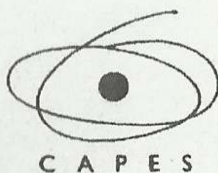
CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/SISBI/SERPROT

S111 Sá, Celso Pereira de.
A construção do objeto de pesquisa em representações sociais / Celso Pereira de Sá. - Rio de Janeiro : EdUERJ, 1998.
110p.

Bibliografia.
ISBN 8585881-37-2

1. Pesquisa - Metodologia. 2. Pesquisa social. I. Título.

CDU 001.891



Realizado com o apoio da CAPES / Programa PROIN de Integração entre a Graduação e a Pós-Graduação

Para os meus filhos,

Claudio e **Helio,**
Ricardo e **Renato.**

Sumário

Prefácio

Lendo o texto deste opúsculo endereçado aos jovens estudantes que ingressam na carreira da pesquisa através da difícil via do estudo das representações sociais, não pude deixar de pensar nas "Cartas a um jovem poeta" de Rainer Maria Rilke. Por certo, a aproximação com a poesia pode parecer paradoxal e deslocada a propósito de um projeto que pretende transmitir os instrumentos de uma capacitação científica. Não obstante, pareceu-me que a tentativa de Celso Pereira de Sá de guiar, a partir de sua experiência e de sua "arte" de professor-pesquisador, os primeiros passos de "aprendizes" de graduação e de pós-graduação, assemelha-se àquele tipo de transmissão iniciatória em que o verbo é testemunha e guia de uma prática.

Esta pequena obra é fruto de uma experiência que raramente se partilha. O autor que tomou por tarefa divulgar uma teoria multiforme, controvertida ou excessivamente valorizada, e por isso mesmo com freqüência mal apreciada, responde às questões colocadas pelos jovens pesquisadores que ele forma. Geralmente, os docentes relutam em considerar as objeções que os estudantes formulam, prefe-

rindo dar, de maneira muitas vezes dogmática, respostas já prontas. Nada disto aqui. Celso Sá vê na evocação dessas discussões, que são a matéria prima de seu trabalho acadêmico, a ocasião para fornecer os esclarecimentos necessários à abordagem de um campo de estudos complexo que não é fácil fazer aceitar e mesmo transmitir.

E ele consegue fazer isso de forma magistral, pode-se dizer, em um duplo sentido. Por um lado, ele sabe pôr o dedo nos problemas importantes colocados pela abordagem empírica das representações sociais, esses objetos de observação fascinantes que se vê por toda parte mas cuja construção científica é difícil se se adere de maneira ingênua aos dados imediatos da experiência social. Por outro lado, sua *démarche* é de uma grande honestidade intelectual, na medida em que ele se esforça, dando conta da diversidade de abordagens que têm se desenvolvido há décadas a partir do paradigma seminal de S. Moscovici, por respeitar a originalidade de cada uma delas e por abstrair suas opções pessoais para fazer apreciar as contribuições específicas de todas. Nesse ponto de vista, não se pode senão render homenagem ao percurso da pesquisa das representações sociais no Brasil. O inventário dos trabalhos de pesquisa, bem como a colocação em evidência das posições defendidas por diversos autores, dão o sentimento de se estar assistindo à formação de uma verdadeira escola brasileira, que certamente contribuirá em muito para um domínio em pleno desenvolvimento.

Quanto à mensagem científica conduzida por esta introdução à pesquisa sobre as representações sociais, ela é considerável. A "construção do objeto" é com efeito uma etapa decisiva e incontornável no trabalho de pesquisa e não pode ser operada validamente se não se domina os quadros teóricos que se oferecem à escolha do pesquisador.

Esta ocupação com o rigor encontra um complemento necessário na apresentação das técnicas de coleta e de tratamento dos dados, mas nosso mentor alerta a justo título sobre as ilusões que uma concentração exclusiva sobre preocupações metodológicas comporta. Possam os jovens pesquisadores nutrir-se dos conselhos que ele provê e adotar a postura científica global que ele propõe.

Rilke dizia a seu jovem poeta: "Não vivais no momento senão vossas questões. Talvez vivendo-as insensivelmente, terminareis por alcançar insensivelmente, um dia, as respostas". Este livro, traçando as vias possíveis para o estudo das representações sociais, abre caminho para a liberdade e a criatividade do pesquisador. E este não é o seu menor mérito.

Denise Jodelet
Paris, março de 1998.

Introdução

Este pequeno livro foi elaborado no âmbito do PROIN – Programa de Integração entre a Graduação e a Pós-Graduação, da CAPES, de que o Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) se beneficiou durante o ano de 1997.

Dentre as diversas iniciativas assumidas na implementação do PROIN, nós, da nossa parte, buscamos articular as conduções das disciplinas *Teoria das Representações Sociais*, do Mestrado, e *Tópicos Especiais em Psicologia: Representações Sociais*, da Graduação, favorecidos pela circunstância de termos ministrado ambas no 1.° período letivo de 1997. Superando o mero paralelismo da prática docente comum, introduzimos novas práticas discentes pelas quais os mestrandos tiveram uma experiência inicial na co-orientação dos trabalhos escolares de graduandos e estes, por seu turno, se beneficiaram de uma tutoria próxima em sua iniciação no campo de estudos em questão.

Esperava-se ainda que desta iniciativa, como das demais, resultasse um produto concreto, disseminável a um público mais amplo no tempo e no espaço, ou seja, a futuros

estudantes de graduação e de pós-graduação da UERJ, mas também de outras instituições brasileiras em que o estudo das representações sociais mereça algum destaque. Esse produto é o presente livro. Ele se destina, portanto, a estudantes de psicologia social que, já tendo se iniciado no estudo das representações sociais, almejem dar-lhe prosseguimento através da realização de uma pesquisa empírica, como monografia de conclusão de curso de graduação ou como dissertação de mestrado.

Mesmo que não inteiramente conscientes do alcance posterior da proposta de integração entre a graduação e a pós-graduação, os alunos listados como colaboradores deste livro foram protagonistas importantes no processo de sua elaboração. Eleita como eixo central para a condução das disciplinas nos dois níveis, a noção de "construção do objeto de pesquisa" mostrou-se suficientemente desafiadora para que esses alunos levantassem questões bastante pertinentes quanto à prática concreta da pesquisa no campo das representações sociais. Uma boa parte do conteúdo do livro consiste em respostas a essas questões e em antecipações a seus desdobramentos lógicos.

A noção de "construção do objeto de pesquisa" envolve a consideração do fenômeno ou problema que se quer investigar e a possibilidade ou vantagens de fazê-lo em termos de representações sociais, os requisitos conceituais que devem ser atendidos para suprir uma fundamentação teórica consistente e, finalmente, a eleição de métodos e técnicas de pesquisa adequados ao estudo do problema como teoricamente circunscrito. O objeto de pesquisa, conquanto construído basicamente a partir do fenômeno de representação social a ser estudado, não constitui uma réplica do fenômeno, mas uma aproximação ditada pelas possibilidades e limitações da prática da pesquisa científica.

De fato, além de delimitar os aspectos do fenômeno que podem ou que valem a pena ser pesquisados, o objeto de pesquisa os incorpora em uma versão condicionada pela perspectiva teórico-conceitual assumida. O fenômeno assim transformado é submetido ainda a considerações quanto à viabilidade metodológica e à disponibilidade ou desenvolvimento de técnicas adequadas ao seu estudo. O objeto de pesquisa assim construído irá portanto orientar a proposição de perguntas ao domínio empírico, a organização dos dados que essas perguntas irão gerar e a transformação final destes dados em resultados da pesquisa.

Não basta pois, como fazem freqüentemente aqueles que estão apenas se iniciando no campo de estudos, decidir que se quer pesquisar a representação social de um objeto qualquer, sem se preocupar de antemão com a própria plausibilidade da sua existência como fenômeno concreto, nem com a possibilidade de sua abordagem segundo a teoria das representações sociais e com os recursos metodológicos disponíveis. A construção do objeto de pesquisa é o processo pelo qual essas questões são previamente analisadas e as soluções pertinentes delineadas.

O campo de estudo das representações sociais se encontra em franca expansão no Brasil, não apenas no âmbito da psicologia social, mas também nos de disciplinas aplicadas, como educação, enfermagem e serviço social, como se verificou em dois eventos científicos recentes: o *Encontro Nacional sobre Representação Social e Interdisciplinaridade*, em João Pessoa, julho de 1997, e o *IX Encontro Nacional de Psicologia Social*, em Belo Horizonte, setembro de 1997. Parece, pois, necessário e oportuno que se dedique algum esforço ao esclarecimento inicial dos novos pesquisadores das representações sociais, de modo a contribuir para a realização de pesquisas consistentes.

Uma circunstância que milita contra a consistência do campo é o modismo de que se revestiu em grande parte o período inicial de difusão da teoria das representações sociais no Brasil. Esse problema parece persistir, conquanto tenha condições de ser superado, como depõe Trindade (1996):

> "Tanto é verdade que já havia uma ampla utilização do conceito que uma das mesas redondas do Encontro da ABRAPSO, em 1991, teve como tema: Representação social: Modismo ou Teoria Psicossocial Consistente?. O tema era provocativo e já expressava uma tendência que se acentuou significativamente nos anos posteriores.
>
> Em 1991, todos os participantes da mesa, a partir de diferentes perspectivas, defenderam a consistência da teoria, escolhendo o segundo termo da proposição, naquele momento. Acredito que hoje, pelo menos alguns deles, entre os quais nos incluímos, achem mais adequado falar em Modismo *e* Teoria Psicossocial Consistente, ou defender a possibilidade da consistência ***apesar*** do modismo." (Trindade, 1996: 49)

O modismo, ou seja, um excessivo entusiasmo pela nova abordagem, pelo qual se lhe atribui uma quase ilimitada abrangência fenomenal e uma confiança extrema em seu poder explicativo, sem reconhecimento das suas reais possibilidades e limitações, pode levar ao desenvolvimento precipitado de projetos que de representação social tenham apenas o título. É principalmente para prevenir isto que a publicação deste pequeno e despretensioso livro pode constituir uma contribuição.

Nesse sentido, foram preparados cinco breves capítulos, aos quais procuramos conferir um tratamento coloquial, como se fossem aulas para alunos interessados em adquirir uma capacitação inicial para o engajamento em pesquisas sobre representações sociais. Nem sempre foi fácil – e talvez muitas vezes não tenhamos tido sucesso – escapar do estilo mais impessoal em que habitualmente os textos científicos são escritos. Esta nos pareceu, entretanto, uma estratégia que poderia se revelar eficaz, na medida em que não estaríamos escrevendo para um público científico genérico, mas para interlocutores específicos cujas expectativas e dúvidas bem conhecemos, adequadamente representados que foram pelos colaboradores do livro.

Dentro desse espírito de discussão coloquial, procuramos, no Capítulo 1, sobre *a noção de objeto de pesquisa*, estender a caracterização proposta nesta Introdução, ilustrando sua utilização em algumas pesquisas e experiências concretas. Trata-se de um texto em que admitimos estar buscando convencer o leitor quanto à imprescindibilidade da construção desse objeto, na esteira de uma argumentação quanto à própria natureza construtivista dos fenômenos de representação social. A formação e uso das representações sociais nos universos consensuais só é proveitosamente estudada através de sua construção como objeto de pesquisa no universo reificado da prática científica. É este o argumento que buscamos desenvolver contra a tentação tão comum em uma apropriação ingênua das representações sociais de tentar captá-las em seus próprios termos correntes, o que acaba resultando apenas em sua duplicação como representações de representações, de pouco valor para o melhor entendimento psicossociológico do fenômeno.

No Capítulo 2 procuramos delinear, embora de forma não exaustiva, *o campo de pesquisas em representações sociais*

como se configura atualmente. Além de identificar as diferentes dimensões em que tem sido realizado o estudo das representações sociais, apresentamos uma espécie de amostragem ilustrativa das pesquisas desenvolvidas em sete áreas temáticas: ciência, saúde, desenvolvimento, educação, trabalho, comunidade e exclusão social. O propósito desse capítulo foi o de proporcionar ao leitor uma primeira impressão quanto à produtividade do campo e à diversidade de temas em que ela se manifesta.

Em seguida, dedicamos o Capítulo 3 ao problema da *identificação dos fenômenos de representação social*, como uma forma de tentar ensejar um discernimento mais agudo quanto ao que constitui e o que não constitui, em termos conceituais estritos, uma representação social. A impressão de que todo conhecimento social, dos mais sofisticados aos mais prosaicos, possa ser rotulado como representação é aqui combatida, com vistas ao estabelecimento de critérios objetivos para a escolha de fenômenos que valham realmente a pena pesquisar. Considerando que não há por que todo e qualquer objeto da vida social cotidiana seja conhecido em termos de uma representação social, procuramos delinear alguns cuidados prévios para que o estudante não se envolva na pesquisa de meras "pseudo-representações".

No Capítulo 4, sobre *a fundamentação teórica da pesquisa empírica*, nosso primeiro objetivo foi situar a perspectiva inaugurada por Serge Moscovici – e aquelas que a ela se vinculam – em relação a outras possíveis abordagens afins ou que hoje em dia reclamam o mesmo rótulo. Nossa segunda intenção foi mostrar como a eleição de uma ou outra abordagem específica – dentre aquelas pertencentes ao "campo moscoviciano" – pode orientar diferentemente a construção do objeto de pesquisa. Tentamos, por outro lado, argumentar que, estando claro o objetivo básico da

pesquisa, este pode legitimamente determinar a escolha do referencial teórico. Por exemplo, se o objetivo do estudo é dar conta da gênese histórica de uma representação, há que buscar a perspectiva original de Moscovici ou de Jodelet; se o que se quer é comparar as representações de dois diferentes grupos ou de um mesmo grupo em diferentes ocasiões, torna-se indicada a perspectiva estrutural do Grupo do *Midi* (ver Sá, 1996); se, ainda, importa mais saber como as inserções sociais concretas dos sujeitos condicionam suas representações, o recurso teórico à perspectiva de Doise pode se mostrar proveitoso. Mais, entretanto, do que distinguir entre diferentes ênfases teóricas, o que motivou a elaboração do capítulo foi tentar demonstrar aos estudantes o caráter necessariamente relativo e circunscrito da pesquisa no campo das representações sociais.

Finalmente, no Capítulo 5, procuramos discernir e discutir as diferentes *estratégias metodológicas de pesquisa* no campo das representações sociais, conferindo especial ênfase à interdependência entre teoria e método. Não produzimos um texto descritivo dos métodos e técnicas, assim como não o havíamos feito com relação às teorias, mas sim de esclarecimento quanto às suas possibilidades de emprego e às suas limitações de ordem prática. Para uma efetiva familiarização com os variados recursos metodológicos, indicamos alguns textos disponíveis em português. Longe de tentar prover uma capacitação prévia completa, o que procuramos fazer foi transmitir ao jovem pesquisador a necessidade de tomar decisões conscientes e consistentes no exercício da prática da pesquisa científica.

Em diversas ocasiões, procuramos compensar as exigências possivelmente muito rigorosas para a pesquisa das representações sociais com uma palavra de alento aos seus pesquisadores iniciantes. De fato, não há como atender a

todos os requisitos listados ao longo do livro em uma monografia de conclusão de curso de graduação ou mesmo em uma dissertação de mestrado, considerados os prazos institucionais para sua conclusão. Além disso, há que se considerar o fato de que se trata quase sempre de um empreendimento pessoal e algo solitário, orientado por um pesquisador experiente, mas normalmente sem qualquer outra ajuda na coleta e no tratamento dos dados. Esperamos que as considerações produzidas nesse sentido tenham servido para configurar um quadro exigente mas viável – e, por isso mesmo, desafiador em uma justa medida – para os novos pesquisadores das representações sociais.

Capítulo 1

A noção de objeto de pesquisa

Obviamente, quando decidimos realizar um "estudo em representações sociais", o que queremos pesquisar é algum fenômeno de representação social. Será, com certeza, um fenômeno que despertou a nossa atenção, em função do seu interesse intrínseco ou de sua relevância social ou acadêmica. Mas, uma vez escolhido tal fenômeno para pesquisar, o objeto de pesquisa não fica com isso automaticamente estabelecido. A passagem da apreensão intuitiva da existência de um fenômeno para a prática da sua investigação envolve uma transformação, que estamos chamando aqui de "construção do objeto de pesquisa". Fenômeno e objeto de pesquisa não são, pois, termos equivalentes.

Os fenômenos de representação social estão "espalhados por aí", na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social. Assim, esses fenômenos simplesmente não podem ser captados pela pesquisa científica de um modo direto e completo. Convém

que tenhamos isso sempre em mente, não só para exercitar a nossa humildade científica, pela qual se admite que as realizações da ciência são simples aproximações da realidade, mas também para tornar as nossas próprias aproximações mais criteriosas e merecedoras de crédito.

Os fenômenos de representação social são caracteristicamente construídos no que Moscovici chamou de universos consensuais de pensamento. Os objetos de pesquisa que deles se derivam são tipicamente uma elaboração do universo reificado da ciência. Se o estudo em si da representação estivesse contido no mesmo universo consensual em que esta é mobilizada para os fins práticos da vida cotidiana, o produto desse estudo seria ele próprio uma representação social. Participar do universo consensual, como indivíduos comuns que todos somos ou mesmo como cronistas atentos, é uma coisa; estudá-lo como tema substantivo da psicologia social é outra. A pesquisa das representações sociais deve produzir um outro tipo de conhecimento sobre esses fenômenos de saber social. Para fazê-lo, precisamos antes transformá-los em objetos manejáveis pela prática da pesquisa científica.

Os fenômenos de representação social são mais complexos do que os objetos de pesquisa que construímos a partir deles. Isto quer dizer que há uma simplificação quando passamos do fenômeno ao objeto de pesquisa. A rigor, a simplificação implicada na construção do objeto de pesquisa é da mesma ordem daquela embutida na formação de uma representação social. Esta última envolve uma simplificação da realidade na medida em que funciona como uma teoria, uma "teoria do senso comum". Da mesma forma, quando simplificamos o fenômeno da representação social transformando-o em um objeto de pesquisa, fazemos isto através de uma teoria, a teoria das representações sociais.

Mas uma teoria não apenas simplifica os fenômenos aos quais se aplica; ela também os organiza e os torna inteligíveis. Assim, numa primeira aproximação, podemos dizer que a construção do objeto de pesquisa é um processo pelo qual o fenômeno de representação social é simplificado e tornado compreensível pela teoria, para a finalidade da pesquisa.

A finalidade da pesquisa é um outro critério de simplificação, na medida em que seleciona e delimita as dimensões ou aspectos do fenômeno cujo estudo parece se justificar. Cabe lembrar aqui que a justificativa é um dos primeiros argumentos que se desenvolve na elaboração de um projeto de pesquisa. De fato, a curiosidade do pesquisador não pode ser o único determinante do engajamento em uma pesquisa; é preciso demonstrar que seus resultados poderão ter alguma relevância social e/ou acadêmica. Isto significa que outras dimensões ou aspectos do fenômeno, não relevantes para a finalidade da pesquisa, deverão ser conscientemente deixados de lado.

Com freqüência, o pesquisador iniciante resiste a excluir alguma coisa do seu trabalho, respaldando-se, de certo modo, no conceito de representações sociais, que aponta para o caráter multifacetado do fenômeno. Resiste, entretanto, apenas até o ponto em que chega a perceber que não poderá fazer a pesquisa abrangente que pretendia, por não ser capaz de dar conta de todas as manifestações do fenômeno. Melhor teria sido portanto – acaba ele por concluir – selecionar de antemão o que deveria pesquisar. Tornar a pesquisa possível, viabilizá-la, é pois mais um requisito para a construção do objeto de pesquisa, que está intimamente associado à definição da finalidade ou objetivos da investigação.

Em conseqüência, numa segunda aproximação, podemos dizer que, além de envolver uma simplificação teó-

rico-conceitual, que assegura a inteligibilidade do fenômeno de representação social, a construção do objeto de pesquisa é uma estratégia simplificadora pela qual a pesquisa desse fenômeno se torna relevante e viável.

Um alerta é necessário neste ponto. Falamos tanto em simplificação que o leitor pode ter ficado com a impressão de que a pesquisa das representações sociais é, no final de contas, uma tarefa bastante simples. Ao contrário, a dificuldade e complexidade inerentes à investigação científica começam já na própria construção do objeto de pesquisa. A atividade simplificadora é em si mesma razoavelmente complexa e difícil. Muitas pesquisas fracassam devido a deficiências nessa fase de construção do objeto de pesquisa.

Nesse sentido, lembremos a proposição teórica de que uma representação social é sempre de alguém (o sujeito) e de alguma coisa (o objeto). Não podemos falar em representação de alguma coisa sem especificar o sujeito – a população ou conjunto social – que mantém tal representação. Da mesma maneira, não faz sentido falar nas representações de um dado sujeito social sem especificar os objetos representados. Dizendo de outra maneira, na construção do objeto de pesquisa precisamos levar em conta simultaneamente o sujeito e o objeto da representação que queremos estudar.

Esta providência é, por certo, uma simplificação do fenômeno, já que as representações que compõem o "ambiente de pensamento" da vida cotidiana englobam, de forma complexa, fluida e entrecruzada, numerosos e diversos assuntos de conhecimento e numerosos grupos ou conjuntos de sujeitos conhecedores. Mas é, por isso mesmo, uma simplificação não muito fácil de fazer. O mais difícil nessa tarefa são as decisões que temos que tomar.

— Em primeiro lugar, precisamos decidir como enunciar exatamente o objeto da representação a ser considerado, de modo a evitar, pelo menos em um primeiro momento, uma "contaminação" pelas representações de objetos próximos a ele.

— Em segundo lugar, precisamos decidir quais serão os sujeitos – grupos, populações, estratos ou conjuntos sociais concretos – em cujas manifestações discursivas e comportamentais investigaremos o conteúdo e a estrutura da representação.

— Em terceiro lugar, precisamos decidir o quanto de "contexto sócio-cultural" e de que natureza – práticas específicas, redes de interação, instituições implicadas, comunicação de massa acessível, etc. – levaremos em consideração para esclarecer a formação e a manutenção da representação.

Trata-se de decisões cruciais, que, orientadas pela teoria das representações sociais, condicionam os últimos delineamentos que ainda faltam para completar a construção do objeto de pesquisa. De fato, o processo só chega ao fim quando dizemos exatamente como a pesquisa vai ser conduzida, ou seja, quando especificamos os métodos e técnicas de pesquisa que vamos utilizar. É neste ponto que mais concretamente se coloca a questão da viabilidade da pesquisa. Por isso mesmo, embora só agora explicitada, a disponibilidade de recursos metodológicos e técnicos já se encontra presente implicitamente nos itens decisórios antes alinhados.

Estes são os ingredientes básicos do objeto de pesquisa: fenômeno, teoria e método. O processo de sua construção obedece a uma certa seqüência, que não é entretanto rigorosamente linear, mas comporta sim superposições, idas e vindas, etc. Começamos, por certo, com o fenômeno,

mas já o apreendemos desde o início através do prisma conceitual da teoria. Não falaríamos de um fenômeno de representação social se já não dispuséssemos deste conceito na linguagem da psicologia social. Quando imaginamos suas manifestações na vida cotidiana já o fazemos com base nas descrições proporcionadas pela teoria e já começamos a pensar nos métodos e técnicas que poderiam ser úteis para evidenciar seu conteúdo e estrutura ou para inferir aspectos importantes dos processos de sua formação ou transformação.

A construção do objeto de pesquisa pode ser vista como um processo decisório, pelo qual transformamos conceitualmente um fenômeno do universo consensual em um problema do universo reificado e, em seguida, selecionamos os recursos teóricos e metodológicos a serem usados para a solução do problema. Para tomar essas decisões precisamos, entretanto, conhecer bem o leque de escolhas que são autorizadas pelo conceito, pela teoria e pelo método. Os capítulos 3, 4 e 5 tratarão, respectivamente, de cada uma dessas três questões.

Antes, entretanto, parece interessante fornecer alguma ilustração de um processo concreto de construção do objeto de pesquisa. Não é comum que os pesquisadores o descrevam, porque é, a rigor, algo que precede a pesquisa propriamente dita. Felizmente, Denise Jodelet (1986, 1989b) apresentou um depoimento bastante completo acerca das decisões que tomou na construção do objeto de sua pesquisa sobre a representação social da loucura. Trata-se, ao lado do estudo pioneiro de Moscovici, do mais importante trabalho no campo das representações sociais, segundo avaliações de Jorge Vala e de Jean-Claude Abric, dentre outros. E isto, justamente pelos cuidados tomados na construção do objeto de pesquisa, como poderemos verificar nas transcrições que se seguem.

Vejamos, inicialmente, como Jodelet enuncia o objeto da representação que se dispõe a estudar e justifica a escolha em termos de sua relevância social e acadêmica:

> "O objeto de pesquisa diz respeito à relação com a loucura, as representações da doença mental e dos doentes mentais. Ele foi escolhido em razão do interesse que apresenta sob vários pontos de vista: desenvolvimento de um saber espontâneo e manutenção de um saber tradicional, na ausência de um saber erudito unânime, estruturado e amplamente difundido; alteridade do doente mental que engendra fenômenos de categorização e representação semelhantes àqueles constatados em todos os casos de 'diferença' (nacional, étnica, racial, etc.) e no caso de relações entre um endogrupo e um exogrupo; carga afetiva e imaginária da loucura que favorece a emergência de processos de simbolização, de condutas reativas significantes, etc." (Jodelet, 1986: 172-3)

Escolhido o fenômeno a ser estudado e transposto conceitualmente para o universo científico da psicologia social, como explicitado acima, Jodelet dá conta dos requisitos a que deviam atender os sujeitos da representação, em termos já ao mesmo tempo teóricos e metodológicos:

> "De início, a busca de sistemas de representação presentes na sociedade, a propósito da doença mental, devia responder a uma exigência mínima mas imperiosa: evitar trabalhar sobre o discurso social flutuante, sem assento nem referência sobre a prática, e apresentando sobretudo o risco de ser falacioso (discurso doutrinal ou humanitário, em desacordo com

posições manifestas). Era preciso pois encontrar uma situação onde existisse um contato, uma proximidade com os doentes mentais fundando uma certa experiência, comportamentos suscetíveis de serem observados e aos quais os discursos pudessem ser relacionados." (*ibid.*: 173-4)

A partir dessas exigências – que, podemos notar, proporcionam em si uma delimitação do problema – Jodelet escolheu o conjunto social adequado à sua pesquisa:

> "A comunidade escolhida foi uma 'Colônia Familial', ou seja, um conjunto de comunas rurais onde doentes mentais vivem em liberdade e são confiados, para abrigo, convivência, vigilância e cuidados, aos habitantes, na maioria camponeses. Este sistema de alocação (...) fica sob o controle de um hospital psiquiátrico. Os doentes são chamados 'pensionistas' e aqueles que os abrigam 'albergantes'." (*ibid.*: 173)

Observemos, em seguida, a diversidade de relações e de suportes para manifestações cotidianas da representação que Jodelet estabeleceu como relevantes para a pesquisa:

> "O terreno oferecido pela Colônia Familial apresentava (...) vantagens notáveis do ponto de vista da observação e da análise. Ele permitia observar:
> – a organização de um sistema social constituído em torno da alocação em liberdade de doentes mentais;
> – as relações entre a população de habitantes e a de pensionistas;
> – as relações existentes entre a instituição psiquiátri-

> ca, seu pessoal, e a população e os doentes;
> – as diferenças existentes no seio da população segundo albergassem ou não pensionistas;
> – a relação mantida entre essa comunidade de acolhimento e as populações em torno do perímetro de alocação de doentes;
> – as diferenças estabelecidas na relação com os doentes mentais segundo se estivesse em público ou na intimidade dos lares de albergamento." (*ibid.*: 174)

Ainda, depois de comentar as condições históricas e sociais que poderia explorar, Jodelet conclui quanto à contextualização sócio-cultural que ela foi capaz de incluir em seu objeto de pesquisa:

> "Em resumo, todos esses elementos permitiam esperar, no plano teórico, um estudo verdadeiramente contextualizado dos sistemas de representação, com análise à luz das relações intergrupais, em referência às bases sociais, funcionais e econômicas do sistema de alocação, e na sua dependência para com uma cultura e uma dinâmica locais, assim como em sua relação com as condutas efetivas." (*ibid.*: 175)

Finalmente, notemos como Jodelet fez com que as decisões quanto ao objeto / sujeito / contexto desembocassem em definições quanto aos métodos e técnicas a empregar, completando a construção do objeto de pesquisa:

> "O objetivo de contextualizar as representações num conjunto social específico implicava uma abordagem etnográfica, envolvendo vários níveis de observação e de análise, com a utilização de diversas

técnicas: de tipo etnológico (observação participante, recurso a informantes...), de tipo sociológico (inquérito sobre a instituição hospitalar, levantamento estatístico da totalidade dos lares que abrigavam doentes de maneira a coletar indicadores objetivos sobre a situação dos albergantes, o tipo de alocação e seu funcionamento, o número, a rotatividade, os modos de vida dos pensionistas...), de tipo psicossociológico (entrevistas em profundidade, observação das interações com os doentes...), de tipo histórico (análise de relatórios endereçados à Assistência Pública pelos diretores da Colônia, relatos das peripécias que acompanharam a extensão da Colônia, inquérito junto a um especialista das tradições populares locais)." (*ibid.*: 176)

Obviamente, o que examinamos foi um projeto excepcional dentro do campo das representações sociais. Os depoimentos, mesmo que fragmentariamente transcritos, dão uma boa idéia da amplitude e alcance da pesquisa. Não é o que se deve legitimamente esperar de um pesquisador iniciante, mas pode ser colocado como uma espécie de meta virtual. O que importa é que nos esforcemos por cumprir todos os requisitos da construção do objeto de pesquisa, como o projeto de Denise Jodelet ilustra.

Capítulo 2

O campo de pesquisas em representações sociais

É, com certeza, importante que, ao se iniciarem na pesquisa das representações sociais, os estudantes tenham alguma informação prévia sobre o que tem sido pesquisado nesse campo. Ou seja, eles precisam saber: (1) quais são os aspectos do fenômeno geral que têm sido sistematicamente explorados; (2) quais são os fenômenos específicos que têm sido preferencialmente focalizados. Isto pode ser de grande utilidade para a escolha do seu problema de pesquisa e para o encaminhamento inicial da busca bibliográfica acerca do problema escolhido. Evita, pelo menos, que ele tenha que começar "reinventando a roda", com os evidentes riscos de deslizes de partida – o mais comum dos quais é a configuração muito ampla ou ambiciosa do problema – que possam comprometer a própria viabilidade da pesquisa.

Comecemos pela primeira questão assinalada, ou seja, os aspectos do fenômeno da representação social que têm sido estudados. De fato, o caráter psicossociológico amplo da noção de representações sociais obriga à consideração das várias dimensões em que pode ser empreendido o estudo do fenômeno. Denise Jodelet (1989a), como uma insis-

tente e judiciosa organizadora do campo, mapeia esse "espaço multidimensional de estudo" precisamente em termos das "problemáticas interdependentes que subsumem os temas dos trabalhos teóricos e empíricos" (p. 45).

Jodelet (*op. cit.*) parte da noção básica de que uma representação social é uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto. Três perguntas podem então ser formuladas acerca desse saber: (1) "Quem sabe e de onde sabe?", cujas respostas apontam para o estudo das condições de produção e circulação das representações sociais; (2) "O que e como se sabe?", que corresponde à pesquisa dos processos e estados das representações sociais; (3) "Sobre o que se sabe e com que efeito?", o que leva a uma ocupação com o estatuto epistemológico das representações sociais.

Assim, quanto às condições de produção e circulação das representações sociais, identificam-se três conjuntos, designados pelos rótulos genéricos de "cultura", "linguagem e comunicação" e "sociedade". Pesquisam-se as relações que a emergência e a difusão das representações sociais guardam com fatores tais como: valores, modelos e invariantes culturais; comunicação interindividual, institucional e de massa; contexto ideológico e histórico; inserção social dos sujeitos, em termos de sua posição e filiação grupal; dinâmica das instituições e dos grupos pertinentes.

Por outro lado, no que se refere aos processos e estados das representações sociais, a pesquisa se ocupa dos suportes da representação (o discurso ou o comportamento dos sujeitos, documentos, práticas, etc.), para daí inferir seu conteúdo e sua estrutura, assim como da análise dos processos de sua formação, de sua lógica própria e de sua eventual transformação.

Finalmente, na consideração do estatuto epistemológico das representações focalizam-se as relações que a representação guarda com a ciência e com o real, remetendo para a pesquisa das relações entre o pensamento natural e o pensamento científico, da difusão dos conhecimentos e da transformação de um tipo de saber em outro, bem como das decalagens entre a representação e o objeto representado, em termos de distorções, supressões e suplementações.

Trata-se, como se vê, de três grandes dimensões do campo das representações sociais, cuja pesquisa deveria ser conduzida de modo articulado. De fato, pelos padrões ideais, a simples descrição do conteúdo cognitivo de uma representação (2.ª dimensão), sem relacioná-lo às condições sócio-culturais que favoreceram sua emergência (1.ª dimensão) e/ou sem uma discussão de sua natureza epistêmica em confronto com o saber erudito (3.ª dimensão), não configura uma pesquisa realmente completa.

Não obstante, o que parece mais comum nas pesquisas realizadas é um investimento maior sobre apenas uma daquelas dimensões, embora seus autores se mostrem conscientes da importância das demais. Freqüentemente, chegam a incorporá-las, utilizando dados de outras fontes autônomas ou introduzindo-as na discussão final de seus resultados unidimensionais. Tais medidas justificam-se às vezes por uma reduzida disponibilidade de recursos e de tempo, como costuma ser o caso das monografias e dissertações. Pesquisar é, na sua acepção mais simples, responder a uma pergunta, cuja formulação pode ser mais ou menos ambiciosa. Ao jovem pesquisador, que não conta com uma equipe para ajudá-lo, podemos recomendar que seja menos ambicioso. Desde que a pergunta seja bem formulada, sempre valerá a pena respondê-la, pois pelo menos uma boa resposta parcial ao problema estudado poderá ser assim produzida.

Tratemos agora do segundo tipo de informação necessária para uma familiarização inicial com o campo de estudos: "Quais são os problemas ou fenômenos de representação social que têm sido preferencialmente explorados?". A rigor, a diversidade de problemas pesquisados é tão grande que se corre o risco de sua apresentação parecer uma espécie de "catálogo de supermercado", com produtos para todos os gostos e recursos. Tentaremos atenuar essa impressão, agrupando os numerosos problemas em sete temas substantivos gerais, que nos parecem configurar áreas mais consistentes de interesse dos pesquisadores: ciência, saúde, desenvolvimento, educação, trabalho, comunidade e exclusão social.

Gostaríamos ainda de alertar o leitor para o fato de que é praticamente proibitivo dar conta hoje de toda a produção empírica no campo das representações sociais. O que vamos apresentar não é portanto um levantamento exaustivo das pesquisas, mas uma relação das temáticas que parecem mais recorrentes, comentando apenas algumas das pesquisas específicas que as compõem, à guisa de ilustração. Trata-se de uma informação selecionada – a partir de um levantamento brasileiro incipiente – que ainda está para ser seguido de um levantamento mais sistemático – e de uma "memória espontânea" – certamente falha – da literatura internacional. O que nos interessa aqui é fornecer um panorama geral da produção empírica em representações sociais, em relação ao qual o jovem pesquisador possa avaliar a inserção do próprio projeto de pesquisa que pretende elaborar.

Nesse sentido, uma primeira temática a resenhar, por razões históricas da constituição do campo, é a da relação entre a ciência e o pensamento erudito, por um lado, e o pensamento popular ou a representação social, por outro.

Como sabemos, Moscovici (1976) pesquisou a transformação do primeiro tipo de pensamento no segundo, focalizando a socialização da psicanálise junto à população parisiense do final dos anos cinqüenta. Nessa temática, Jodelet (1989a) distingue duas vertentes inter-relacionadas:

> "Dois eixos de preocupação estão aí associados. O primeiro se liga à fabricação de um conhecimento 'popular', à apropriação social da ciência por uma 'sociedade pensante', constituída por 'sábios amadores', e ao estudo das características distintivas do pensamento natural em relação ao pensamento científico. (...)
>
> O segundo eixo concerne à difusão dos conhecimentos (...). Aos trabalhos que examinam a interdependência entre os processos de representação e vulgarização (...) faz eco a ênfase dada, na didática das ciências e na formação de adultos, ao papel das representações sociais como sistema de acolhimento que pode constituir um obstáculo ou servir de ponto de apoio à assimilação do saber científico e técnico (...)." (Jodelet, 1989a: 45-6)

Para dar algumas ilustrações recentes, Martin Bauer (1994) tem se dedicado extensamente a esse problema, na *Science Museum Library*, Grã-Bretanha, com especial ênfase ao projeto internacional de levantamento do genoma humano. Na Áustria, Wolfgang Wagner (1995) estudou a representação social da fecundação humana, com interessantes resultados, em que se representa o espermatozóide com características do papel sexual masculino e o óvulo com características do papel feminino. Na França, Pierre

Vergès (1994) coordena uma pesquisa internacional – envolvendo amostras da França, Itália, Espanha, Polônia, Portugal e Brasil – sobre a representação social da economia, da qual tivemos a oportunidade de participar.

No Brasil, nós mesmos (Sá, Souto e Möller, 1993a, 1993b, 1996) estudamos a representação social da ciência entre consumidores e não-consumidores da divulgação científica no Rio de Janeiro, buscando articular as duas vertentes antes assinaladas. Ângela Arruda (1993, 1996) tem se dedicado de modo contínuo ao estudo da representação social da ecologia, entre especialistas em formação e no âmbito de movimentos ecológicos. Clélia Nascimento-Schulze (1997) tem como interesse mais recente de pesquisa a física, com ênfase na representação do tempo.

A saúde e sua contrapartida, a doença, constituem uma segunda temática importante, que se impõe não só por razões históricas, mas também por sua incômoda e persistente atualidade. O caráter estranho e ameaçador próprio da doença responde pela sua extrema capacidade em gerar representações. Aí, o trabalho pioneiro é devido a Claudine Herzlich (1969, 1986), que demonstrou haver na representação social do binômio saúde-doença uma nítida presença da mesma oposição entre indivíduo – ou natureza – e sociedade que comumente se manifesta no pensamento popular.

Nesse campo, a doença mental e, mais recentemente, a aids são os objetos específicos que mais têm ensejado pesquisas. No caso da doença mental, além do estudo paradigmático de Denise Jodelet (1989b), já aqui noticiado, encontra-se, na Itália, a extensa pesquisa de Annamaria de Rosa (1987), com a utilização de representações icônicas clássicas e de desenhos feitos por crianças. No Brasil, o tema das "imagens da loucura" (Perrusi, 1995) tem sido

igualmente muito explorado, em diferentes contextos. Por exemplo, Sheva Nóbrega (1996), em Recife, e Danielle Caldas, nossa orientanda, em Natal, estudam as representações de familiares de doentes mentais. Mas não só no Nordeste; também no Sudeste (Vaisberg, 1996, dentre outros) e no Sul (Bernardes, 1994, dentre outros) se tem estudado as representações sociais da doença mental.

No caso da aids, a pesquisa tem assumido uma nítida relevância social, devendo servir à prevenção e ao esclarecimento das populações. Tanto na 2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais (Rio de Janeiro, 1994) quanto na 3.ª (Aix-en-Provence, 1996), uma das sessões temáticas teve que ser dedicada exclusivamente a esse tema, devido ao número de trabalhos inscritos. Michel Morin (1994) e Alain Giami (1994), na França, Helène Joffe (1994), na Grã-Bretanha, Mary Jane Spink (1996), no Brasil, são alguns dos pesquisadores que têm se dedicado extensamente ao estudo da aids. Dentre os trabalhos mais recentes, podemos citar a tese de doutorado de Brígido Camargo (1997), na França, orientada por Jodelet, em que foram analisadas informações televisivas sobre práticas preventivas e que apresenta agora desdobramentos no Brasil. Também recente é a tese de doutorado em medicina de Luiz Fernando Tura (1997), em que o problema de saúde coletiva da prevenção entre jovens no Rio de Janeiro foi abordado basicamente em termos das representações sociais.

Esta última ilustração não é um caso isolado. Cada vez mais, profissionais da saúde – principalmente na saúde coletiva e na enfermagem – têm se valido do referencial teórico das representações sociais em suas pesquisas e, com alguma freqüência, se associado a psicólogos sociais, constituindo equipes multidisciplinares. E isto, não apenas em relação à aids, mas também a diversos outros temas, como

o câncer (Nascimento-Schulze, 1993) e a lepra (Bakirtzief, 1994). Zeidi Trindade, psicóloga, por exemplo, integra uma dessas equipes, em Vitória, na área do aconselhamento genético.

Na enfermagem, em especial, o paradigma das representações sociais tem despertado crescente interesse e vem sendo consistentemente explorado. No Rio de Janeiro, Ângela Arruda, psicóloga que primeiro trouxe a teoria para o Brasil, agora a introduz no Mestrado da Escola Ana Nery. Enfermeiras, como Denize Oliveira, em São Paulo, analisando as práticas de saúde pública, Rosalina Rodrigues, em Ribeirão Preto, cuidando da velhice, e Antonia Paredes, em João Pessoa, ocupando-se das representações da epilepsia, são pesquisadoras que têm aplicado a perspectiva moscoviciana e afins em suas respectivas áreas de atuação. Interessantemente, os próprios enfermeiros têm constituído também um objeto privilegiado de representações sociais em estudos como o de Christian Guimelli (1994).

Uma terceira temática geral é a do desenvolvimento humano, cujo estudo pioneiro é devido a Marie-José Chombart de Lauwe (1979/1991), que se dedicou ao estudo de "um outro mundo", a infância. Atualmente, Gerard Duveen (1994), na Grã-Bretanha, se dedica ao estudo do desenvolvimento das representações, dando ênfase àquelas relacionadas aos papéis sexuais. No Brasil, essa área tem sido explorada, por exemplo, por Neuza Guareschi (1993), que estudou, em Porto Alegre, a representação do poder e da autoridade em crianças, e por Neide Al-Cici, que procura comparar, no Rio de Janeiro, as representações do computador em diferentes níveis etários.

Um tipo especial de infância, dos meninos e meninas de rua, que preferimos noticiar mais extensamente na temática da "exclusão social", tem sido objeto de numerosas

pesquisas. O outro pólo extremo do desenvolvimento, a velhice, igualmente um alvo freqüente da exclusão social, tem despertado um interesse crescente, que pode ser ilustrado pelos trabalhos de Fátima Santos (1996), em Recife, comparando as representações em áreas urbanas e rurais, e de Neusa Eiras, junto à Universidade da Terceira Idade da UERJ.

A educação constitui a quarta área temática em que a noção de representação social tem sido privilegiada, podendo-se citar Michel Gilly (1989), com seu trabalho sobre as representações do aluno pelo professor, como um dos principais iniciadores. No Brasil, a instituição educacional – da escola pública primária (Sá, Möller e Medeiros, 1990) à universidade (Souto, 1993) – tem sido investigada em termos das representações de seus profissionais e usuários. Uma importante discussão sobre a aplicabilidade teoricamente fundamentada das representações ao processo educacional tem sido alimentada tanto por educadores quanto por psicólogos, como, por exemplo, Alda Alves-Mazzotti (1994), no Rio de Janeiro, e Ângela Almeida (1994), em Brasília.

A rigor, os temas relacionados à educação, em sentido amplo, são quase co-extensivos da própria vida cotidiana, onde é amplamente mobilizado o conhecimento das representações sociais. Dentre estes temas, cabe mencionar, por sua onipresença e por suas manifestações freqüentemente metafóricas (o que os faz conhecidos principalmente em termos de representações): o sexo, o relacionamento amoroso, as relações de gênero, a maternidade e os papéis parentais, a gravidez e a contracepção, a prostituição, etc. Sobre eles tem sido produzida uma boa quantidade de pesquisas – por exemplo, Castro (1993), no Brasil; Poeschl (1996), em Portugal –, embora não todas voltadas para uma educação sexual.

Uma quinta temática diz respeito ao mundo do trabalho, das profissões, das organizações e empresas, das condições de trabalho, etc. Trata-se de uma área bastante diversificada, em que podemos apresentar como uma das mais ilustrativas a pesquisa de Augusto Palmonari (1982), sobre as representações sociais da profissão de psicólogo, na Itália: ativista político, estudioso interdisciplinar, psicólogo clínico (ou técnico) e psicoterapeuta. Na França, destacamos a pesquisa de Jean-Claude Abric (1984), sobre a representação social do artesão e do artesanato, e a de Pascal Moliner (1993), sobre a da empresa, no âmbito da qual veio a ser gerada uma importante técnica de levantamento e identificação dos elementos centrais de uma representação. No Brasil, têm sido estudadas, em termos de representações sociais: as relações entre trabalho e saúde, com ênfase às doenças ocupacionais; as condições de trabalho, focalizando, por exemplo, o trabalho penoso (Sato, 1993) e a função de digitador (Moura e Moura, 1998); as identidades e escolhas profissionais; o trabalho e o lazer; a administração participativa (Möller, 1996); etc. Uma pesquisa conjunta, em andamento, conduzida por brasileiros e portugueses, busca comparar as representações de estudantes universitários dos dois países em relação ao mundo do trabalho, antes de se formarem depois de já inseridos no mercado (Jesuíno, Sá, Costa Pereira, Möller, Souto e Batista, 1997).

Os estudos sobre comunidades e afins constituem uma sexta área temática, na qual podemos lembrar Silvia Lane (1985) como uma pioneira, ao propor a articulação entre a perspectiva das representações sociais e a perspectiva marxista. Uma ilustração mais recente pode ser dada pela tese de doutorado de Celso Zonta (1997), em que foram estudadas as representações de diversos objetos rela-

cionados ao comportamento político e ao exercício da cidadania em uma comunidade da periferia de Bauru. A formação no âmbito da psicologia comunitária começa a valorizar a pesquisa das representações como condição para diferentes formas de intervenção (Freitas, 1994).

A área abriga ainda estudos sobre a identidade de comunidades, como, por exemplo, da colônia alemã em Santa Catarina (Nascimento-Schulze, 1996). Considerando a questão comunitária em sentido amplo, podemos aí também incluir os estudos envolvendo comunidades religiosas, como o que desenvolvemos recentemente em relação às práticas de cura da Umbanda no Rio de Janeiro (Sá, Bello e Jodelet, 1997) e como o que Pedrinho Guareschi (1994) conduziu sobre os grupos neopentecostais.

Podemos englobar sob um sétimo rótulo de exclusão social uma variedade de temas, que encontram uma ilustração significativa nas pesquisas coordenadas por Willem Doise (1995) sobre as representações sociais dos diversos itens da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nos Estados Unidos, Gina Philogène (1994) tem estudado a discriminação racial e as mudanças na representação do negro que acompanham a recente designação como afro-americanos. No Brasil, registra-se uma grande quantidade de pesquisas sobre meninos de rua, focalizando variados aspectos: Pedro Campos (1996) pesquisa a representação que os educadores de rua têm dessas crianças; duas orientandas nossas, Claudia Castro e Luciene Miguez, estudam, respectivamente, a representação da gravidez por meninas de rua e a de futuro pós-maioridade entre meninos e meninas; Margot Madeira (1994) estudou a representação que os meninos de rua de Recife fazem deles próprios; e assim por diante. Finalmente, um tema também de grande impacto social, o linchamento, recebeu um trata-

mento em termos de representações sociais na tese de doutorado de Lídio de Souza (1995).

Estes são, por certo, temas que comportam uma nítida dimensão aplicada, de cuja investigação não deveriam estar afastados os assistentes sociais. E, de fato, não estão. Para ilustrar, Marilene Jamur tem coordenado, na Escola de Serviço Social da UFRJ, um extenso programa de pesquisas sobre a representação social da pobreza, conquanto não fundamentado unicamente sobre a perspectiva moscoviciana. Também em Brasília observa-se, com Marcia Kuyumjian (1997), um movimento semelhante no sentido de uma exploração multiteórica do conceito no âmbito do serviço social.

Acabamos de apresentar algo como um *pot-pourri* de pesquisas no campo das representações sociais, distribuídas ao longo de sete temáticas mais gerais que nos pareceram significativas. A diversificação das pesquisas ilustrativas dentro de cada tema foi dosada como apenas suficiente para proporcionar aos jovens pesquisadores uma primeira visão impressionista da vitalidade e das alternativas do campo. A personalização das pesquisas – pela freqüente indicação dos nomes e sobrenomes dos autores e de sua localização regional – buscou servir à formação de uma impressão de familiaridade: são pessoas que fazem pesquisa em representações sociais, não distantes referências bibliográficas. Um levantamento mais sistemático da produção nos últimos dez anos, a ser produzido ainda em 1998 por um grupo de pesquisadores que se reuniu no *IX Encontro Nacional de Psicologia Social* (Belo Horizonte, 1997), completará com maior justiça o quadro da pesquisa empírica em representações sociais no Brasil.

Mas, ainda em uma perspectiva impressionista, gostaríamos de concluir este capítulo com uma notícia sobre

outros domínios de estudo com os quais o campo das representações sociais tem desenvolvido uma interface bastante produtiva e/ou promissora. Pedrinho Guareschi, no Rio Grande do Sul, e Bader Sawaia (1993), em São Paulo, têm acentuado interessantes relações entre os conceitos de representações sociais e de ideologia. As afinidades entre representação e identidade social, já amplamente exploradas, encontram uma boa ilustração nos trabalhos de Jorge Vala (1994), em Portugal, e de Edson Souza Filho (1996), no Brasil. A partir da articulação proposta por Jodelet (1992) entre representações e memória social, Sá e Vala (1996, 1997) e nossos colegas – Renato Möller, Solange Souto e Ana Miranda, brasileiros; Jorge Jesuíno e Francisco Costa Pereira, portugueses – temos nos ocupado dessa questão, em um projeto sobre o descobrimento do Brasil e a comemoração do seu quinto centenário no ano 2000.

Finalmente, embora não configurem domínios substantivos de pesquisa, é com as práticas sócio-culturais e com a comunicação de massa que o estudo das representações sociais mantém as relações mais significativas. De fato, todas as correntes no campo das representações afirmam a importância de se levar em conta as práticas de uma dada população ou conjunto social quando da pesquisa de suas representações. Da mesma forma, como originalmente explorado por Moscovici na segunda parte do seu livro de 1961 (1976) e posteriormente sistematizado por Michel-Louis Rouquette (1984, 1996), reserva-se aos meios de comunicação de massa um papel destacado na compreensão dos processos de formação e circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas.

Capítulo 3

A identificação dos fenômenos de representação social

Há cerca de dez anos atrás, em um grupo que havíamos formado para o estudo das representações sociais, surgiu uma pergunta desconcertante: "Então, tudo é representação social? Há representações sociais de tudo? Da mosca, do Presidente Sarney, e assim por diante?". Conseguimos resolver o problema, na ocasião, respondendo que para gerar representações sociais o objeto deveria ter suficiente "relevância cultural" ou "espessura social". Isto descartava a mosca e o presidente como objetos legítimos de representação, pelo menos em nosso meio sócio-cultural não tão ameaçado pelas moscas, mas sistematicamente afligido por maus presidentes (o que não justificaria destacar o Presidente Sarney). Introduzimos assim, intuitivamente, dois "princípios" que nos pareceram plausíveis, mas que não se encontravam autorizados de forma explícita na literatura.

Embora momentaneamente "resolvida", a questão continuou a nos preocupar, por duas razões. Em primeiro lugar, porque foi colocada por pessoas inteligentes e seriamente empenhadas em compreender e explorar a noção de

representações sociais. Em segundo lugar, porque sugeria que esta noção em si talvez fosse capaz de gerar entusiasmos de um tipo, digamos, exclusivista. Em outras palavras, vislumbrávamos o risco de que alguns recém-chegados ao campo das representações sociais reivindicassem para ele todo e qualquer conhecimento a propósito de quaisquer objetos sociais, ou seja, "tudo seria representação social".

Essa preocupação nos levou a abordar o problema da identificação dos fenômenos de representação social em três escritos sucessivos: Sá, 1992, 1994, 1996. E achamos importante insistir sobre ele neste livro, porque tal identificação constitui o primeiríssimo ponto de partida para a construção do objeto de pesquisa. De fato, não faz sentido tentar estudar a representação de algum objeto por um dado conjunto social se esse fenômeno não existe, ou seja, se o grupo que selecionamos para o estudo simplesmente não tem uma representação do objeto que resolvemos estudar.

A resposta mais clara e direta à pergunta "se todos os objetos do nosso ambiente são objetos de representação social" – de que já nos apropriamos em um trabalho anterior – foi fornecida por Tomás Ibañez (1988), quando ele ainda se interessava por esse campo de estudos. Diz o autor:

> "O fato de que as representações sociais sejam estruturadas nos indica (...) que não há por que existir uma representação social para cada objeto em que possamos pensar. Pode ser que um determinado objeto dê lugar tão-somente a uma série de opiniões e de imagens relativamente desconexas. Isto nos indica também que nem todos os grupos ou categorias sociais tenham que participar de uma [dada] representação social (...). É possível, por exem-

> plo, que um grupo tenha uma representação social de certo objeto e que outro grupo se caracterize tão-somente pelo fato de dispor de um conjunto de opiniões, de informações ou de imagens acerca desse mesmo objeto, sem que isso suponha a existência de uma representação social." (Ibañez, 1988: 34-35)

Não veremos nada de misterioso nessas diferentes possibilidades, se nos lembrarmos das condições que afetam a emergência ou não da representação social de um dado objeto em um determinado conjunto social, estabelecidas por Moscovici. São elas: a dispersão da informação, a focalização e a pressão à inferência. A forma e a intensidade de tais condições podem variar amplamente de um objeto para outro dentro de um grupo, bem como de um grupo para outro em relação ao mesmo objeto.

Não se trata, entretanto, de um problema simples para o pesquisador, porque a existência ou não do fenômeno não é algo sempre evidente. O pesquisador pode supor que ele existe, sem que isto seja verdadeiro; ou seja, o grupo considerado para estudo pode não ter nunca "dado a menor bola" para o objeto que o pesquisador achava ser importante na sua vida cotidiana. Ou, ao contrário, outros objetos podem ser representados pelo conjunto social em questão, sem que o pesquisador se dê a menor conta desse fato. Ou, ainda, o objeto inicialmente cogitado pode ser socialmente representado sim, mas por outros conjuntos sociais que o pesquisador jamais havia pensado em estudar.

Por certo, se ao final da pesquisa se chega à conclusão de que não há uma representação, isto não deixa de ser um resultado válido e pode ser objeto de uma discussão crítica conclusiva. Por exemplo, em nossa pesquisa sobre representações sociais da escola pública em suas relações

com uma comunidade favelada (Sá *et al*, 1985), identificamos um grupo majoritário de professoras que não possuía uma representação minimamente estruturada. Este foi um resultado relevante na comparação com as representações dos alunos, de seus pais, de dois outros grupos minoritários de professoras e de educadores populares, permitindo inclusive orientar a intervenção que se seguiria à pesquisa.

Mas nem sempre as pesquisas sobre "representações que não existem" conduzem a resultados negativos, que possam ser analisados criticamente ou, no mínimo, jogados fora, lamentando-se o tempo e esforço perdidos, mas sem outros danos para a produção de conhecimento científico válido. Às vezes, a pesquisa pode conduzir a um resultado positivo – isto é, extrai-se alguma representação – que não corresponde à realidade cotidiana do grupo estudado. Este é realmente um problema mais sério, que convém examinar com cuidado, para tentarmos superá-lo através da construção do objeto de pesquisa.

Vejamos como esse problema pode ser engendrado. Inicialmente, devemos reconhecer que uma dificuldade para a identificação prévia dos fenômenos de representação social é dada pela possibilidade de um determinado objeto não ser socialmente representado por um dado grupo e que, não obstante, seus membros *falem* sobre tal objeto. Podem fazê-lo ao emitirem uma opinião isolada ou uma atitude favorável ou desfavorável sobre o objeto, talvez no decorrer de uma conversa sobre outros assuntos, ou mesmo casualmente, por exemplo, ao repetirem algum jargão envolvendo o objeto e que esteja em moda nos meios de comunicação de massa.

Convenhamos em seguida que, se o nosso acesso ao objeto da pesquisa se dá apenas através do discurso dos participantes, talvez seja realmente impossível saber se suas

falas são realmente indícios de representações ou se foram produzidas em função apenas de estímulos ou estados psicológicos momentâneos. Uma ilustração de interpretações abusivas que considerem toda verbalização como o resultado de alguma construção representacional nos foi fornecida por Michel Thiollent, em uma palestra no grupo de estudos que mencionamos. Segundo ele, não seria raro que, encontrando em entrevistas com operários a alusão de que seu patrão era um "filho da puta", analistas de conteúdo de orientação marxista aí pudessem ver de imediato uma "consciência de classe" subjacente.

Finalmente, acrescenta-se ainda como problemático o fato de que a própria prática especializada da pesquisa pode contribuir para a atribuição do *status* de representação social a emissões discursivas fortuitas, dada a liberdade de provocação de respostas que as técnicas de entrevistas ou de questionários detêm. De fato, entrevistas e questionários exigem respostas por parte dos sujeitos da pesquisa. E estes as dão, mesmo que nunca tenham pensado sobre o assunto ou acompanhado discussões sobre ele no âmbito do seu grupo. Pode-se chegar assim a pseudo-representações, descritas até com alguma verossimilhança, mas que simplesmente não emergiram de fato da vida social cotidiana daqueles que seriam seus supostos usuários.

É a este problema que se referia a observação de Jodelet (1986), transcrita no Capítulo 1, quanto à necessidade de "evitar trabalhar sobre o discurso social flutuante, sem assento nem referência sobre a prática, e apresentando sobretudo o risco de ser falacioso" (p. 173-4). A autora, ao contrário, incluiu na construção do objeto de pesquisa uma investigação da correspondência entre o pensamento social – ou seja, as representações – e as práticas sociais da população estudada.

Também os nossos princípios intuitivos da "relevância cultural" e da "espessura social" foram posteriormente equacionados em termos de práticas sócio-culturais. Como modalidade de pensamento prático, as representações sociais são "alguma coisa que emerge das práticas em vigor na sociedade e na cultura e que as alimenta, perpetuando-as ou contribuindo para a sua própria transformação" (Sá, 1994: 40). Nesse sentido, a "espessura" ou a "relevância" de um objeto – que justificariam a existência de representações – pode ser traduzida da seguinte maneira: o objeto em questão "se encontra implicado, de forma consistente, em alguma prática do grupo, aí incluída a da conversação e a da exposição aos meios de comunicação de massa" (*ibid.*: 42).

Assim, para a definição do par sujeito-objeto de uma pesquisa, devemos ter em mente que a representação que os liga é um saber efetivamente praticado, que não deve ser apenas suposto, mas sim detectado em comportamentos e comunicações que de fato ocorram sistematicamente. Dizendo ainda de outra maneira, na escolha do nosso tema de estudo não podemos nos basear em especulações a propósito de "representações virtuais", ou seja, em suposições quanto à existência do fenômeno envolvendo objetos de representação apenas possíveis. Precisamos ter, de antemão, alguma confiança em que o fenômeno exista, em que haja uma certa plausibilidade de que tal ou qual objeto seja representado por tal ou qual sujeito.

Isto pode parecer óbvio, mas não é incomum que pesquisadores iniciantes escolham um possível objeto de representação para estudar, por sua relevância ou interesse, e decidam fazê-lo através da aplicação de alguma técnica verbal (entrevista ou questionário) a uma determinada amostra de sujeitos, escolhida esta em função de sua dispo-

nibilidade ou facilidade de acesso. O fato de que se associe um objeto a um sujeito de forma algo arbitrária, apenas supondo que o primeiro seja representado pelo segundo, é o que leva ao risco de se ter como resultado uma pseudo-representação, emergente da prática de pesquisa mas não da prática do grupo pesquisado.

Uma pergunta pertinente pode surgir neste ponto: "Como é que se faz para detectar a existência de um fenômeno de representação social antes mesmo de estudá-lo?". De fato, esta não é uma situação insolúvel, se pensarmos em tal identificação prévia como uma providência apenas aproximativa, que é tomada para diminuir a probabilidade de dificuldades futuras. Com um mínimo de sensibilidade, o pesquisador pode se perguntar sobre quais são as práticas correntes no grupo selecionado e se estas parecem envolver o objeto escolhido para estudo. Se ele já tem alguma familiaridade com a vida cotidiana dos sujeitos e com a literatura acerca do objeto, fica mais fácil responder a essas perguntas. De qualquer forma, será sempre aconselhável observar o grupo, de preferência no âmbito de um estudo exploratório, através do qual as perguntas que o pesquisador se fez inicialmente possam ser feitas também aos prováveis sujeitos da pesquisa.

Uma interessante ilustração desse problema é dada por Celso Zonta (1997), a partir de sua decisão de estudar o comportamento político e o exercício da cidadania em um bairro popular da periferia de Bauru, em termos de representações sociais. Pela familiaridade advinda de trabalhos de intervenção comunitária realizados anteriormente com essa população – que funcionaram também como um estudo exploratório para a pesquisa –, Zonta percebeu que não encontraria representações consistentes se tomasse como objetos os próprios conceitos de comportamento político

e cidadania, dado o seu grau de abstração e abrangência. Não obstante, uma série de instâncias sociais – associação de moradores, sindicato, partido político, governo, povo, justiça, etc. – eram objeto de práticas diversas, inclusive comunicativas, e ele então estudou suas representações como uma forma indireta de dar conta da participação política no âmbito daquela comunidade.

Essas considerações sobre a indissociabilidade entre o sujeito e o objeto na pesquisa das representações sociais remetem ainda a duas outras questões relevantes para a identificação do fenômeno. A primeira refere-se mais diretamente ao objeto, na esteira das duas ilustrações acima, e consiste de certo modo em uma questão metateórica, mas com evidentes implicações para a construção do objeto de pesquisa. Trata-se de uma discussão sobre se, considerando-se a natureza construtivista (ou construcionista) pretendida pela teoria das representações sociais, caberia distinguir entre a representação em si e o seu objeto. Em caso afirmativo, a representação seria um sistema simbólico socialmente construído e o objeto, por seu turno, seria construído pela representação. Wolfgang Wagner (1996) se posiciona contra essa distinção, manifestando um desacordo em relação à perspectiva com que Jodelet (1984, 1989a) tem difundido o conceito de representação social:

> "Eu suspeito que a linguagem corrente usada ao se falar sobre a representação social pode ter obscurecido seu vetor construcionista. (...) Ela [Jodelet] entende as representações sociais como sistemas de conhecimento, símbolos, etc., que são socialmente elaborados, que orientam o comportamento e intervêm na definição da identidade individual e social e na construção de objetos. (...) [Com isso], a repre-

sentação se torna conceitualmente separada do objeto que ela representa (...).

Essa decomposição conceitual do termo representação social na linguagem teórica é complementada pela terminologia usada na pesquisa corrente. A grande maioria das pesquisas em representações sociais é intitulada (...) representações sociais *da* doença mental, *da* inteligência, *da* aids, *da* pobreza, etc., indicando, em primeiro lugar, uma separação conceitual entre a representação e seu objeto e, em segundo lugar, uma ocupação principal com o simbólico, o icônico e o conteúdo cognitivo que constituem as representações." (Wagner, 1996: 5)

Para Wagner, a representação e seu objeto são inseparáveis, na medida em que é o objeto que é constituído ele próprio como uma representação social. Seu desacordo com Jodelet deve ser compreendido contra o pano de fundo das críticas feitas pelo construcionismo social e outras perspectivas pós-modernistas contra o representacionismo. Para uma ilustração dessa disputa, sugerimos confrontar as posições de duas autoras brasileiras: Mary Jane Spink (1996) e Sandra Jovchelovitch (1996). Quanto a Wagner, parece-nos que ele procura proteger a teoria de Moscovici em relação a esses ataques, mediante a afirmação da existência de um caráter construcionista básico na teoria das representações sociais.

A fórmula proposta por Moscovici e endossada por Jodelet – "toda representação é uma representação de alguém [o sujeito] e de alguma coisa [o objeto]" – enfatiza a ligação necessária do objeto de representação a um determinado sujeito. Mas, é forçoso reconhecer que seu caráter

esquemático pode levar a que se pense no sujeito e no objeto em termos genéricos, minimizando pois as condições sócio-culturais específicas de sua vinculação. Isto pode ter favorecido a linguagem corrente a propósito de representações *disso* ou *daquilo* e ensejado uma quantidade de apropriações ingênuas ou apressadas do conceito, capazes de levar às pseudo-representações a que temos nos referido. Dizendo de outra maneira, dessa fórmula pode ter sido extraída uma banalização cognitivista do conceito do tipo "está ali um objeto; vamos ver o que esses sujeitos aqui pensam sobre ele; eis, portanto, a representação social do objeto".

A segunda questão relacionada à indissociabilidade entre o sujeito e o objeto diz respeito mais diretamente ao sujeito: "Quem, afinal de contas, é o sujeito social de uma representação?", ou "O que é esse grupo – de que tanto se fala – que constrói e utiliza uma representação?". Este foi um dos alvos das críticas que a teoria das representações sociais sofreu durante os anos oitenta; no caso, principalmente por parte de Rom Harré (1984). O modo como Vanzolini da Silva Leme (1993) descreve e aprecia esse problema parece bastante útil para nossas preocupações quanto à construção do objeto de pesquisa:

> "Segundo Harré (1984), os grupos em que Moscovici e outros têm estudado as representações seriam grupos 'taxionômicos' [simples reunião de sujeitos individuais sob uma mesma classificação], em contraste com outros grupos reais 'estruturados', nos quais as relações entre os membros baseiam-se em direitos, deveres, obrigações ou laços biológicos. Nestes é que se deveriam estudar as representações, como, aliás, o fez Denise Jodelet.

> Em artigo na mesma publicação, Moscovici (1984) concorda com Harré que realmente usou os grupos taxionômicos mas com boas razões: tais grupos existem e indicam um certo estado de associação e interação entre indivíduos. Ora, na medida em que as sociedades atuais se caracterizam por uma grande diversidade entre seus grupos sociais e que foi sua intenção estudar a disseminação e impacto de uma representação social, no caso a da psicanálise, teve que abordar diferentes estratos sociais [homens, mulheres, estudantes, operários, etc.]. Isso não significa, todavia, que seu conceito de grupo seja distributivo [uma dada propriedade, como a representação, estaria presente em cada membro individual do conjunto] nem que seja seu único interesse estudar grupos que caracterizam os indivíduos segundo a classe social, classificação ideológica, etc. Prova disso é que, no próprio trabalho sobre a psicanálise, estudou, na segunda parte do livro, grupos estruturados, levantando junto às publicações católicas e comunistas a representação que transmitiam a seus adeptos. Neste caso, lidou com um nível mais claramente coletivo, o nível em que operam os historiadores e os antropólogos." (Leme, 1993: 54-5)

Fizemos uma extensa transcrição do texto de Leme (e incluímos alguns esclarecimentos) porque ele parece dar conta bastante bem da questão. De fato, em uma concepção forte de representação social, não deveríamos nos ocupar senão de grupos orgânicos ou estruturados. Mas, outros conjuntos sociais, cujos membros não se encontrem em uma relação face a face ou contratual, tais como as

mulheres, os professores, os jovens, etc., podem apresentar algumas das propriedades dos grupos reais, como, por exemplo, interesses comuns e um mesmo senso de identidade. É, pois, plausível que tenham também representações razoavelmente compartilhadas, dependendo da natureza dos objetos.

Pode-se argumentar que tais conjuntos sociais não cumpririam os requisitos genéticos das representações, pois seus membros – à exceção talvez dos "internautas" em suas longas sessões de "*chat*" – não se envolveriam de forma sistemática nas conversações cotidianas pelas quais as representações são construídas. A rigor, entretanto, eles conversam sim e a propósito dos mesmos objetos; não todas as pessoas ao mesmo tempo, mas em inúmeros e variados contatos interpessoais e em pequenos grupos, que chegam talvez a cobrir um inteiro conjunto, pelo menos se geograficamente circunscrito. Não chega a ser portanto uma heresia utilizarmos – o que é feito com freqüência – grupos taxionômicos como sujeitos das representações que pesquisamos.

Para concluir nossas considerações sobre a identificação dos fenômenos de representação social, uma última questão parece pertinente para a orientação dos novos pesquisadores: "De onde é que se deve partir no processo de identificação prévia: do objeto ou do sujeito?". Ou seja, qual deles escolhemos em primeiro lugar, para, em seguida, buscar completar o par de uma forma teoricamente consistente? A resposta é que o ponto de partida tanto pode ser o objeto quanto o sujeito, ou ainda podem ambos estar definidos desde o início, dependendo dos objetivos da pesquisa.

Como já vimos, Jodelet, por exemplo, queria estudar a representação social da loucura e selecionou um grupo

que se mostrava adequado aos seus propósitos, uma comunidade rural que albergava doentes mentais. Por outro lado, Zonta queria estudar a dimensão política da vida de uma comunidade escolhida de antemão e buscou identificar objetos de provável representação pelo grupo e pertinentes para seus objetivos. Finalmente, Palmonari queria estudar a representação que os psicólogos italianos – e não outros sujeitos quaisquer – faziam especificamente da psicologia – e não de qualquer outro objeto – para obter uma caracterização original dessa profissão. Temos aí ilustrações dos três diferentes pontos de partida para a compatibilização entre o sujeito e o objeto da representação na construção do objeto de pesquisa.

É preciso reconhecer, porém, que estas três formas de início de uma pesquisa não devem se encontrar igualmente distribuídas na produção empírica sobre as representações sociais. A rigor, não saberíamos dizer qual ou quais delas predominam, porque os pesquisadores não costumam relatar detalhes de suas inspirações, interesses e decisões iniciais. Mas pode ser interessante discutir alguns aspectos especiais da escolha articulada dos objetos e sujeitos das representações. Por exemplo, uma mesma instância social, como "meninos de rua", pode ser objeto ou sujeito da representação em diferentes estudos. Há pesquisadores que estudam as representações que determinados sujeitos – educadores, por exemplo, no trabalho de Pedro Campos – fazem dos meninos de rua, como objetos. Outros – dentre os quais, Claudia Castro e Luciene Miguez – estudam as representações que meninos e meninas de rua, como sujeitos, fazem de determinados objetos pertinentes, como a gravidez e a maioridade.

Vejamos ainda três outros aspectos da questão. Em primeiro lugar, cabe perguntar: "Podemos estudar repre-

sentações em que o sujeito não esteja rigorosamente definido?". Por exemplo, Paulo Menandro, em Vitória, estudou a representação social da bebida alcóolica na música popular brasileira. O sujeito aí não parece ser o conjunto dos compositores de MPB, dada a sua heterogeneidade intrínseca. Abrindo um parêntese, no caso do "Samba do Crioulo Doido", poderíamos dizer que Sergio Porto tenha tentado retratar as representações dos compositores de sambas-enredo, porque este era de fato um conjunto social bem definido, pelo menos naquela época. Na pesquisa de Menandro, o sujeito parece ser uma parcela da população brasileira para a qual a prática de beber tem um significado e uma função social razoavelmente destacados na vida cotidiana. Os compositores apenas retratam essa representação – como dizíamos ter feito Sergio Porto – e certamente a alimentam. São raras, pelo menos no Brasil, as pesquisas que tomam como fontes de dados manifestações culturais ou matérias veiculadas pela mídia. Seria interessante que alguns dos novos pesquisadores das representações sociais se engajassem em estudos dessa natureza.

Um segundo aspecto problemático pode ser ilustrado pela pesquisa de Palmonari, lembrada há pouco: "Podemos dizer que os estudiosos ou profissionais de um determinado ramo do conhecimento científico constroem representações sociais de sua ciência ou disciplina?". As considerações que eles tecem sobre suas próprias práticas não deveriam fazer parte do "universo reificado"? Em princípio, deveríamos dizer que sim, mas tanto o caso específico dos psicólogos quanto o caso geral da ciência no mundo contemporâneo apontam para uma atenuação daquela distinção teórica entre universos consensuais e reificados proposta por Moscovici. No caso dos psicólogos, a atenuação parece se justificar porque os cursos universitários especí-

ficos de psicologia e o próprio reconhecimento oficial da profissão eram – na ocasião do estudo de Palmonari – uma realidade recente na Itália. Ou seja, seu conhecimento não estaria ainda suficientemente codificado do ponto de vista científico e profissional; tratava-se, forçosamente, de um conhecimento representacional. No caso geral, a literatura em sociologia da ciência tem reiteradamente demonstrado uma significativa influência das variáveis que operam na vida cotidiana sobre a prática científica, incluindo por certo as representações sociais do senso comum.

Finalmente, a representação de um grupo social pelo próprio grupo – fazendo pois com que sujeito e objeto da representação coincidam – tem sido estudada com alguma freqüência. Embora isso não esteja explicitamente interditado pela teoria das representações sociais, esta não parece apta por si só a dar conta das diversas implicações do problema. Aos jovens pesquisadores interessados em realizar pesquisas como essas sugerimos que busquem sua fundamentação teórico-conceitual em estudos de articulação entre os campos da identidade social e da representação, que já noticiamos aqui como especialmente férteis.

Capítulo 4

A fundamentação teórica da pesquisa empírica

Como sabemos, o termo "representação social" foi cunhado por Serge Moscovici, para designar especificamente o tipo de fenômeno ao qual a sua interpretação teórica se aplicava. Não obstante, esse termo é hoje utilizado de modo mais amplo, sem uma correspondência necessária com o conceito proposto por Moscovici. É empregado, por exemplo, como sinônimo de representação coletiva, sob o argumento de que esta é também social, em um sentido amplo e já implícito na proposição original de Durkheim. A rigor, esse argumento é endossado pelo próprio Moscovici, quando ele inclui em sua tipologia das representações sociais as representações hegemônicas, que não são outra coisa senão as representações coletivas.

Há outros usos do termo, que podem ser vistos como uma derivação da noção genérica de representação para o campo do pensamento social. Não há, nesse caso, uma data documentada de nascimento do conceito – ou de batizado com o termo "representação social" – como em Moscovici. Eles possuem gêneses independentes daquela que resultou na perspectiva moscoviciana e não chegam a apresentar o

caráter de "escola" de que esta perspectiva hoje se reveste. Autores oriundos da filosofia, da antropologia, da história e da lingüística encontram-se entre os que usam autonomamente o termo para designar suas próprias reflexões e pesquisas.

Além disso, estudiosos orientados por alguma perspectiva microssociológica bem definida, como, por exemplo, a da chamada Escola de Chicago, podem ocasionalmente usar o termo representações sociais enquanto se mantêm fiéis à sua vinculação teórica original. A mesma apropriação, entretanto, fazem os estudiosos das representações sociais no que se refere à noção de "construção social da realidade", proposta explicitamente no âmbito daquela perspectiva norte-americana. As representações sociais constituiriam, tanto para uns quanto para outros, o produto dessa construção. A única diferença é que a teoria das representações sociais de Moscovici reivindica uma explicação própria para o processo de construção ou gênese das representações, a qual, adiante-se, não invalida as proposições de Berger e Luckmann (1974) quanto à transmissão das representações através da socialização.

O que queremos com esta breve introdução é conscientizar o jovem pesquisador das representações sociais de que ele não se encontra em um universo de pesquisa restrito à orientação teórica inaugurada por Moscovici. Ao contrário, como faz notar Jodelet (1984), delineiam-se no interior desta espécie de "terra de ninguém" das representações sociais pelo menos seis diferentes perspectivas de estudo:

> "Uma primeira perspectiva se relaciona à atividade puramente cognitiva pela qual o sujeito constrói sua representação. Duas dimensões fazem com que a representação se torne social: uma dimensão de contexto e uma dimensão de pertencimento. (...)

> Uma segunda perspectiva acentua os aspectos significantes da atividade representativa. O sujeito é considerado como um produtor de sentido, que exprime na representação o significado que dá à sua experiência no mundo social. (...)
>
> Uma terceira corrente trata a representação como uma forma de discurso e faz decorrer suas características da prática discursiva de sujeitos socialmente situados, (...) da finalidade de seus discursos. (...)
>
> Na quarta perspectiva, é a prática social do sujeito que é levada em consideração. O sujeito produz uma representação que reflete as normas institucionais que decorrem de sua posição ou as ideologias ligadas ao lugar que ocupa. (...)
>
> Para o quinto ponto de vista, o jogo das relações intergrupais determina a dinâmica das representações. O desenvolvimento das interações entre os grupos influi sobre as representações que os membros têm do seu grupo (...) e dos outros grupos. (...)
>
> Enfim, uma última perspectiva, mais sociologizante, faz do sujeito o portador de determinações sociais e baseia a atividade representativa sobre a reprodução de esquemas de pensamento socialmente estabelecidos." (Jodelet, 1984: 365-6)

Como se vê, diferentes tradições de estudo do pensamento social – desde a perspectiva psicologista da cognição social até a perspectiva sociologista das representações co-

letivas – estão presentes no campo dos estudos e pesquisas em representações sociais. Algumas dessas tradições ou partes delas encontram-se incorporadas à "escola moscoviciana" ou a correntes específicas dentro desta. Mas diferentes pesquisadores não vinculados a esta escola podem dar ênfase a outras daquelas orientações quando empenhados na construção de seus respectivos objetos de pesquisa.

O que interessa ressaltar aqui é que o pesquisador iniciante não precisa se preocupar muito com esta profusão de diferentes maneiras de conceber os fenômenos de representação social. Elas existem de fato e não há como excluir algumas delas simplesmente porque não sejam compatíveis com a perspectiva teórica que nós preferimos. Por outro lado, os adeptos de outras abordagens também não podem excluir a nossa. Todos podem argumentar – e o fazem – quanto a uma suposta maior adequação epistemológica de suas próprias posições em confronto com as demais. Mas, definitivamente, ninguém tem autoridade ou poder para legislar sobre os limites do campo de estudos, em termos de quais perspectivas devem ou não fazer parte dele.

Assim, a melhor estratégia para o pesquisador no campo das representações sociais parece ser a de escolher uma perspectiva teórica já constituída ou, se nenhuma o satisfaz, montar uma combinação consistente de diferentes perspectivas. A segunda alternativa é certamente mais difícil e, além de comportar riscos de ordem intelectual, não é a melhor opção para quem precisa concluir uma dissertação ou uma monografia dentro de exíguos prazos regimentais. De qualquer forma, tendo feito sua escolha ou esboçado sua própria abordagem eclética, o pesquisador passa a contar com um balizamento teórico para a construção do seu objeto de pesquisa. Não precisa mais se preocupar com as demais alternativas, pelo menos não durante a

realização da sua pesquisa; basta aceitar conscientemente sua coexistência no campo a que está se dedicando. Tais interpretações alternativas só poderão talvez vir a perturbá-lo quando da defesa do seu trabalho, pela intervenção de algum dos membros da banca examinadora. Mas isso já é outra história; até lá, ou ele já terá à mão argumentos fortes para insistir na correção da perspectiva adotada, ou terá se desencantado dela e poderá admitir que uma outra escolha talvez tivesse sido melhor.

No caso de escolher a teoria das representações sociais inaugurada por Moscovici, como gostaríamos que fizesse, o jovem pesquisador terá ainda à sua frente novas decisões a tomar e talvez novas escolhas a fazer. A *grande teoria* das representações sociais – como chamamos (Sá, 1996) as proposições originais básicas de Moscovici – desdobra-se em três correntes teóricas complementares: uma mais fiel à teoria original, liderada por Denise Jodelet, em Paris; uma que procura articulá-la com uma perspectiva mais sociológica, liderada por Willem Doise, em Genebra; uma que enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural das representações, liderada por Jean-Claude Abric, em Aix-en-Provence. É possível ainda que se esteja configurando uma quarta alternativa complementar, através das recentes releituras teóricas que estão fazendo alguns autores sensíveis às críticas pós-modernistas às representações, como o ilustra o posicionamento de Wolfgang Wagner noticiado no Capítulo 3.

Não se trata, por certo, de abordagens incompatíveis entre si, na medida em que provêm todas de uma mesma matriz básica e de modo algum a desautorizam. É, por exemplo, de Doise (1993) a consideração da perspectiva de Moscovici como uma "grande teoria", do que se depreende que as suas próprias proposições configurariam uma teoria complementar. Diz ele, nesse sentido:

> "No meu entender, grandes teorias nas ciências humanas são concepções gerais sobre o indivíduo e/ou o funcionamento societal que orientam o esforço de pesquisa. Elas devem, não obstante, ser completadas por descrições mais detalhadas de processos que sejam compatíveis com a teoria geral, mas que podem também às vezes ser compatíveis com outras teorias." (Doise, 1993: 161)

Da mesma forma, a teoria do núcleo central, que se desenvolveu em Aix-en-Provence a partir da tese de doutoramento de Abric em 1976, não se entende senão em vinculação com a teoria geral das representações sociais. Abric é taxativo quanto a isto, em pelo menos duas ocasiões:

> "A noção de representação social à qual nos referimos nesta obra corresponde à teoria elaborada em 1961 por S. Moscovici." (Abric, 1994: 11)

> "Eu me faço explícito: as representações sociais, não apenas a abordagem estrutural que nós defendemos através da teoria do núcleo central." (prefácio em Sá, 1996: 9)

A bem da verdade, enquanto a "grande teoria" permanece intocada e reconhecida pelas teorias complementares, observamos alguns desacordos mútuos entre estes desdobramentos. Jodelet, por exemplo, considera a teoria do núcleo central mais cognitivista do que a teoria geral autorizaria. Talvez Moscovici mesmo tivesse alguma reserva em relação à perspectiva estrutural que a sustenta, antes de tê-la finalmente brindado com uma espécie de reconhecimento oficial na recente Conferência Internacional de Aix-

en-Provence. Por outro lado, o grupo do *Midi* (Aix e Montpellier) e o de Genebra mantiveram durante algum tempo uma disputa quanto à consensualidade das representações, com o primeiro defendendo-a e o segundo afirmando sua prescindibilidade teórica. Verificamos, entretanto, uma atenuação dessa controvérsia após a incorporação à teoria do núcleo central da "hipótese da condicionalidade" proposta por Claude Flament.

Não se trata nunca, entretanto, como se pode facilmente ver, de desacordos insuperáveis. Outras divergências serão noticiadas, quando tratarmos da questão metodológica no Capítulo 5, entre perspectivas qualitativas, quantitativas e experimentais, cada uma das quais privilegiada por uma das três perspectivas teóricas que estamos examinando. Mas, em um balanço final – teórico e metodológico – encontramos mais pontos de convergência, de reconhecimento mútuo ou mesmo de uma possível e proveitosa articulação do que de distanciamento definitivo. Sintomático desse estado de coisas no âmbito da "família moscoviciana" é, por exemplo, o reconhecimento de Denise Jodelet (1997) de que o Grupo do *Midi* foi o único a desenvolver uma metodologia própria e adequada às suas proposições teóricas. Por outro lado, apesar de sua orientação experimental, esse Grupo recomenda que a pesquisa das representações sociais comece sempre por entrevistas em profundidade (Abric, 1994b), desde sempre valorizadas por Jodelet.

Isto quer dizer que as decisões e escolhas que o jovem pesquisador precisará fazer, depois de ter optado por desenvolver sua pesquisa dentro do paradigma moscoviciano, não serão necessariamente radicais. Esta possibilidade se colocará apenas se ele pretender realizar uma pesquisa de testagem teórica. Para o caso mais comum em que o que importa é estudar um dado problema ou fenômeno de

representação social, com o auxílio dos melhores recursos teóricos e metodológicos disponíveis, podemos recomendar uma apropriação consciente de proposições das três perspectivas, em função dos objetivos e necessidades do projeto. Embora as vantagens implicadas nesta recomendação só devam se tornar mais claras ao final do nosso último capítulo, sobre metodologia, podemos tentar esboçar aqui alguma indicação do que pode ser mais proveitosamente apropriado da teoria geral das representações sociais e de cada um dos seus três desdobramentos.

Comecemos pela *grande teoria*. Obviamente, a primeiríssima orientação que dela podemos extrair é o próprio conceito de representação social, como apresentado originalmente por Moscovici (1976), como trabalhado posteriormente por Jodelet (1984, 1989a) e como tornado disponível em textos brasileiros (Spink, 1993a; Guareschi e Jovchelovitch, 1994; Sá, 1996) e portugueses (Vala, 1993). É a partir dessa primeira apropriação que estaremos definindo a inserção psicossociológica do nosso trabalho (Sá, 1993a), com todos os direitos e obrigações nela implicados. Isto quer dizer que, na condução da nossa pesquisa, estaremos nos ocupando explicitamente de uma modalidade de saber gerada através da comunicação na vida cotidiana, com a finalidade prática de orientar os comportamentos em situações sociais concretas.

Um segundo balizamento obrigatório da pesquisa proporcionado pela *grande teoria* é o princípio da "transformação do não-familiar em familiar", pelo qual se explica a formação das representações sociais. Embora proposto originalmente para dar conta de fenômenos em que algo de realmente novo – uma teoria, como a psicanálise, ou um fato, como a aids – surge em um cenário social mais amplo, o princípio pode se aplicar a qualquer coisa que seja –

ou em alguma ocasião tenha sido – nova ou estranha para conjuntos sociais específicos. Por exemplo: a maioridade é um fato novo no universo dos meninos de rua; os alunos foram um fato novo na experiência de qualquer professor e continuam sempre a guardar uma surpreendente estranheza para o conjunto dos professores; a doença é uma ameaça estranha crônica na vida de uma comunidade; e assim por diante. Talvez apenas não convenha usar o paradigma moscoviciano se não tivermos razões para supor que o objeto escolhido é representado como uma forma de torná-lo familiar ou compreensível.

Isto nos leva a duas outras exigências originais, que, entretanto, vêm se atenuando no emprego da teoria geral: a composição da representação e seus processos formadores. Com relação ao primeiro, Moscovici (1976) teria postulado que uma representação é constituída de "informação", "atitude" e "campo de representação". Alguns dos primeiros estudiosos brasileiros procuraram tomar essa análise como orientação para suas pesquisas, mas ela não se revelou muito proveitosa. Havia o risco de se cair em um estudo clássico de atitudes sociais e/ou, pior ainda, em uma simples testagem de conhecimentos populares a ser comparada com aqueles próprios dos universos reificados. De fato, o que é original nessa proposição é a dimensão do "campo de representação", tendo passado pois os pesquisadores a se ocupar exclusivamente dela. Na verdade, pode ter havido um abandono prematuro das outras dimensões e talvez seja interessante recuperá-las, desde que de um modo em que as três sejam consistentemente articuladas.

A segunda exigência original quanto aos processos formadores das representações – ancoragem e objetivação – vem sendo atenuada por duas razões. Em primeiro lugar e dizendo mais respeito à ancoragem, pela dificuldade intrín-

seca de sua identificação, que obrigaria à realização de uma pesquisa histórica da vida e do pensamento popular, para a qual não se encontram facilmente fontes fidedignas, como têm mostrado os historiadores das mentalidades.

Em segundo lugar e dizendo mais respeito à objetivação, a exigência foi atenuada porque, além da dificuldade inerente a tal pesquisa, dois dos desdobramentos da *grande teoria*, o de Abric e o de Doise, acabaram por não privilegiá-la. Esta opção por deixar de lado os aspectos figurativos ou imagéticos das representações é inclusive bastante explícita no caso da teoria do núcleo central, como o atesta a seguinte passagem em Abric (1994a):

> "(...) a teoria do núcleo central retoma em grande parte as análises de S. Moscovici, mas não limitando esse núcleo imaginante ao seu papel genético. Nós pensamos que o núcleo central é o elemento essencial de toda representação constituída e que ele pode (...) superar o simples quadro do objeto da representação para encontrar sua origem diretamente nos valores que o transcendem e que não exigem nem aspectos figurativos, nem esquematização, nem mesmo concretização." (Abric, 1994a: 21)

Aos jovens pesquisadores – sempre muito ambiciosos e facilmente desencantáveis com as "teorias que prometem mas não cumprem" –, poderíamos sugerir uma espécie de trabalho em duas etapas, pelo menos no que se refere à formação das representações através da ancoragem. Para suas monografias ou dissertações, eles poderiam se ocupar de uma descrição e/ou uma comparação das representações, enquanto se preparam para empreender, em suas dissertações ou teses subseqüentes, a pesquisa da gênese dessas

mesmas representações. Não se trata de uma tarefa fácil e nem nos ocorrem ilustrações de trabalhos já realizados dessa maneira, mas nos parece uma tarefa necessária, já que a existência de uma gênese social identificável – e não perdida no tempo, como nas representações coletivas de Durkheim – é uma marca distintiva da *grande teoria*.

No que se refere à objetivação, em vez de buscar pesquisá-la junto a sujeitos específicos do grupo estudado, talvez seja mais viável tentar evidenciá-la nos meios de comunicação de massa. Além de constituírem importantes fontes de formação das representações no mundo contemporâneo, é neles – na televisão, em especial – que melhor se configura a tendência à concretização das idéias em imagens. Como já assinalamos, esta não é uma prática corrente de pesquisa, cabendo pois incentivá-la junto aos novos pesquisadores das representações sociais.

Finalmente, ainda quanto à teoria geral, parece-nos importante chamar a atenção dos jovens pesquisadores para dois outros aspectos, talvez secundários, mas ainda assim úteis para a orientação de suas pesquisas: as condições de emergência das representações em um dado grupo social e a original classificação dos sistemas de comunicação proposta por Moscovici. Quanto ao primeiro, ao qual já nos referimos no Capítulo 3, uma análise ainda que incipiente daquelas condições – "dispersão da informação", "focalização" e "pressão à inferência" – pode proporcionar um embasamento à pesquisa em termos das práticas sociais envolvidas nas relações entre o sujeito e o objeto da representação. A quantidade e a forma das informações sobre o objeto, assim como os meios pelos quais elas se tornam acessíveis aos sujeitos, o grau de interesse intrínseco ou circunstancial que o objeto desperta e a necessidade mais ou menos premente de seu conhecimento para o grupo são

variáveis que certamente afetarão – e por isso poderão explicar, pelo menos parcialmente – o conteúdo e a estrutura da representação.

Quanto à classificação dos sistemas de comunicação em três instâncias – "difusão", "propagação" e "propaganda" – com diferentes efeitos no processo de formação das representações, sua exploração pode ser útil quando a pesquisa envolve dados provenientes dos meios de comunicação de massa. Jorge Vala, por exemplo, a utilizou para analisar as matérias sobre suicídios veiculadas pela imprensa portuguesa (Ordaz e Vala, 1998). E Doise (1993), baseando-se na correspondência proposta por Moscovici entre difusão e opinião, entre propagação e atitude e entre propaganda e estereótipo, incentiva a realização de pesquisas que busquem articular os sistemas sociais de comunicação com os sistemas psicológicos de organização cognitiva. Devido à escassez de trabalhos realizados, não podemos dar aos nossos jovens pesquisadores senão essas poucas "dicas", na expectativa de que aqueles mais ousados aceitem o desafio do (quase) inexplorado e sejam capazes de desenvolver uma contribuição nessa linha.

Tratemos agora das abordagens complementares à *grande teoria*. Isto será feito de forma bastante breve, porque todas elas já se encontram contempladas na vertente comum da perspectiva moscoviciana que vem de ser descrita. Suas contribuições não constituem alternativas às proposições dessa vertente, mas buscam sim complementá-las de forma a – segundo a avaliação de Flament (1989) a propósito especificamente da teoria do núcleo central, mas legitimamente extensível às demais – "tornar a teoria das representações sociais mais heurística para a prática social e para a pesquisa" (p. 204). De fato, é precisamente isto o que procuram fazer Jodelet, Doise e Abric, com seus res-

pectivos pesquisadores associados. Resta-nos apenas, portanto, indicar em que distintas direções esses três conjuntos de pesquisadores contribuem para tal propósito. Tentaremos – embora isto nem sempre seja fácil – distinguir entre suas contribuições teóricas e metodológicas, ocupando-nos das primeiras neste final de capítulo e reservando o próximo para o tratamento das segundas.

A Denise Jodelet deve-se muito, por certo, em termos da sistematização da teoria das representações sociais, na medida em que ela consegue conferir uma feição mais objetiva – ou mais a um estilo científico anglo-saxônico – à retórica excessivamente "francesa" de Moscovici na explicitação daquelas proposições básicas. Mas, além disso, Jodelet nos proporciona algo como a manutenção da ênfase moscoviciana original sobre a necessidade de assegurar uma ampla base descritiva – de tipo etológico – dos fenômenos de representação social, com vistas a uma contínua elaboração da teoria das representações sociais. Acreditamos que é principalmente neste sentido que se configura a anteriormente aludida fidelidade da perspectiva de Jodelet às proposições originais de Moscovici, em um certo contraste portanto com as duas outras abordagens complementares.

Talvez apenas para acentuar esse contraste, gostaríamos de privilegiar nas contribuições de Jodelet sua ênfase à consideração dos suportes pelos quais as representações são veiculadas na vida cotidiana. Esses suportes são basicamente os discursos das pessoas e grupos que mantêm tais representações, mas também os seus comportamentos e as práticas sociais nas quais estes se manifestam. São ainda os documentos e registros em que os discursos, práticas e comportamentos ficam institucionalmente fixados e codificados. Finalmente, são as interpretações que eles recebem nos meios de comunicação de massa, que dessa forma

retroalimentam as representações, contribuindo para sua manutenção ou sua transformação, ou ainda – para ser mais fiel ao pensamento de Jodelet – para a sua manutenção enquanto se transformam e para a sua transformação enquanto se mantêm.

É esta complexificação teórica que Denise Jodelet, com uma alta dose de sensibilidade aos fugidios fenômenos psicossociais, traz para o campo de estudos das representações. E essa compreensão da complexidade do fenômeno é teorizada a partir de experiências concretas de pesquisa empírica, em que o fato constatado tem obrigatoriamente predominância sobre a teoria. Se a teoria se mantém – como Jodelet sustenta – é porque os fatos não a contradizem, como ela tem observado. É também a partir dessa base empírica que Jodelet tem contestado as interpretações alternativas das representações propostas pela assim chamada "psicologia discursiva" britânica, que fundamenta a construção da realidade social exclusivamente sobre o discurso manifesto dos seus participantes. As representações são determinadas pelas práticas, mas estas não são exclusivamente discursivas, diz a sua experiência de pesquisadora.

Passando à perspectiva teórica de Willem Doise, podemos dizer que ela trata mais especificamente da dimensão das "condições de produção e circulação das representações sociais", ou seja, das respostas à pergunta "Quem sabe e de onde sabe" (ver, no Capítulo 3, a caracterização do espaço multidimensional de estudo das representações proposta por Jodelet). De fato, isto parece bem evidente já em sua definição das representações sociais, à qual se integram proposições de Pierre Bourdieu nesse sentido:

> "Representações sociais são princípios geradores de tomadas de posição ligados a inserções específicas

> em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações." (Doise, 1990: 125)

A posição ou inserção social dos indivíduos e grupos é aí um determinante principal de suas representações, o que leva Doise inclusive a interpretar o conceito de ancoragem diretamente em relação à classe ou estrato social em que a representação é construída. Em outras palavras, se a ancoragem se dá em relação a um sistema de pensamento preexistente, trata-se sempre de um sistema que se constituiu e opera no âmbito de uma determinada posição no campo social. Esta é, pois, uma perspectiva que nos parece potencialmente útil para o jovem pesquisador que esteja muito preocupado em não perder de vista os aspectos mais explicitamente sociais – coletivos e ideológicos – das representações.

A análise psicossocial de Doise toca ainda em um outro ponto bastante sensível da consideração do social: se concebido a partir de uma perspectiva sociológica ou a partir de uma perspectiva psicológica. Quando se parte desta última, é quase irresistível pensar as instâncias sociais em termos de uma homogeneidade característica; ou seja, se algo – o social – chega a emergir de realidades individuais, é porque estas já são naturalmente idênticas, semelhantes ou guardam pelo menos alguma afinidade básica. No caso das representações sociais, pensa-se essa afinidade em termos de consenso: se um grupo mantém tal representação, isto quer dizer que há um consenso entre os seus membros. Para Doise, entretanto, isto não é necessário: os "princípios geradores" – que é o que para ele importa – podem levar a diferentes tomadas de posição por parte dos indivíduos que compõem o conjunto social em que

aqueles princípios vigem. Para ilustrar essa questão, podemos lembrar a máxima proposta por Doise, segundo a qual "nós não compramos um jornal, mas um princípio gerador de tomadas de posição". Pela nossa experiência, sabemos todos muito bem que as pessoas que não passam sem ler, por exemplo, o Jornal do Brasil – todas praticamente da mesma classe social, portanto – pela manhã, podem assumir posicionamentos bastante distintos no resto do dia a propósito de um determinado assunto de interesse comum.

Definitivamente, pois, o que Doise enfatiza no estudo das representações sociais é a influência do que ele chama de "metassistema social" sobre o sistema cognitivo; ou seja, os elementos e relações cognitivas que fazem o conteúdo de uma representação trazem a marca de um condicionamento social, que teria operado no processo mesmo de sua formação. No próximo capítulo, veremos como o Grupo de Genebra busca dar conta metodologicamente desses compromissos teóricos. Isto talvez reserve uma surpresa para os jovens pesquisadores – mormente se psicólogos – que estejam habituados a associar à pesquisa psicossocial "mais social" somente estratégias interpretativas ou no máximo qualitativas.

Finalmente, digamos alguma coisa – não muito, porque já o fizemos extensamente em outra parte (Sá, 1996) – sobre a perspectiva inaugurada por Jean-Claude Abric. Das três perspectivas complementares aqui analisadas, foi a única que chegou a se formalizar como uma teoria, a chamada teoria do núcleo central. Em termos de complementação da *grande teoria*, ela se ocupa mais especificamente do conteúdo cognitivo das representações, mas concebendo-o como um conjunto organizado ou estruturado, não como uma simples coleção de idéias e valores. A proposição de que o

conteúdo da representação se organiza em um sistema central e um sistema periférico, com características e funções distintas, é certamente a sua principal contribuição.

Isto porque permitiu solucionar teoricamente o problema empírico incômodo de que as representações exibiam características contraditórias, ou seja, mostravam-se ao mesmo tempo estáveis e mutáveis, rígidas e flexíveis, consensuais e individualizadas. A teoria de Abric atribui aos elementos cognitivos do núcleo central as características de estabilidade / rigidez / consensualidade e aos elementos periféricos um caráter mutável / flexível / individualizado, de modo que o primeiro proporciona o significado global da representação e organiza os segundos, os quais, por seu turno, asseguram a interface com as situações e práticas concretas da população. Com isso, a teoria foi capaz de conciliar aquelas aparentes contradições em um todo estruturado e dinâmico.

As demais contribuições da teoria do núcleo central decorrem dessa proposição estrutural básica. Destaquemos duas delas, por sua relevância para a pesquisa: a transformação das representações e a comparação entre representações. Segundo a teoria, a transformação das representações começa sempre pelo sistema periférico, face a modificações introduzidas nas práticas sociais, e pode apresentar diferentes desenvolvimentos e estados finais dependendo de variadas circunstâncias. Quanto à comparação entre as representações mantidas por dois grupos distintos ou por um mesmo grupo em diferentes momentos, a teoria proporciona o seguinte critério: elas serão diferentes se – e apenas se – os seus núcleos centrais tiverem composições significativamente diferentes; se não, tratar-se-á de estados diferencialmente ativados da mesma representação, em função das situações específicas em que se encontrem os dois

grupos ou, no caso de um mesmo grupo, do estágio em que se encontre o processo de transformação da sua representação.

Concluindo o capítulo, aproveitemos justamente essa ênfase comparativa da teoria do núcleo central para ilustrar a possibilidade de apropriação vantajosa das três perspectivas teóricas resenhadas na construção do nosso objeto de pesquisa, como sugerimos no início. Podemos, por exemplo, aderir à perspectiva de Jodelet, porque queremos dar conta de uma maneira maximamente compreensiva da representação de um dado objeto por um dado conjunto social. Não obstante, podemos associar a essa meticulosa extração das representações a partir de seus variados suportes, o que configura uma orientação etnográfica de base, uma consideração acerca dos "lugares" específicos de onde "fala" a representação, o que é certamente relevante no caso de uma sociedade urbana contemporânea, de solidariedade orgânica (para usar um conceito de Durkheim), e pode ser mais bem apreciado no quadro de uma perspectiva sociologicamente orientada como a de Doise. Agora, se, além de combinar essas duas perspectivas, também nos interessa comparar as complexas representações constituídas em dois diferentes lugares ou momentos, consideradas suas relevâncias em termos sociais e/ou culturais, o melhor recurso disponível no campo das representações sociais é proporcionado pela perspectiva mais cognitiva ou psicológica da teoria do núcleo central. É a essa possibilidade que nos referíamos quando dissemos, no início do capítulo, que diferentes tradições de estudo do pensamento social estão já incorporadas a correntes específicas dentro da "escola moscoviciana".

Capítulo 5

As estratégias metodológicas de pesquisa

Como vimos no Capítulo 1, a construção do objeto de pesquisa somente se completa com a definição da metodologia que deverá ser utilizada para o acesso ao fenômeno de representação social que escolhemos estudar. Na escolha de um problema específico de pesquisa deveremos ter levado em consideração as questões relacionadas à identificação dos fenômenos de representação social, que discutimos no Capítulo 3, assim como sua inserção no campo dos estudos em representações sociais, que procuramos descrever no Capítulo 2. A partir de tal decisão quanto aos objetivos da pesquisa, deveremos ter tratado de lhe conferir uma fundamentação teórica adequada, seja optando por uma das alternativas resenhadas no Capítulo 4, seja nos apropriando de algumas das suas proposições para compor o nosso próprio quadro teórico de referência.

Podemos descrever o progresso até agora, ao longo das providências propostas neste livro, da maneira que se segue. Começamos com interesses intuitivos, quando apenas nos propúnhamos a pesquisar um dado problema. Daí, partimos para um enquadramento conceitual mais elaborado

desse problema, no qual pudemos, por exemplo, definir melhor o objeto e o sujeito da representação. Em seguida, estabelecemos os instrumentos teóricos que permitiriam orientar a nossa pesquisa de modo a obter resultados passíveis de interpretação e discussão.

O passo que falta consiste na definição do método ou métodos e técnicas através dos quais coletaremos dados empíricos acerca do problema e os submeteremos a algum tipo de análise, de modo a produzir aqueles resultados interpretáveis. É esta questão que nos propomos a examinar neste último capítulo. Gostaríamos de iniciá-lo com a afirmação de Robert Farr (1993) de que a teoria das representações sociais não privilegia nenhum método de pesquisa em especial. Isto significa que é bastante amplo o leque de escolhas que mais uma vez seremos obrigados a fazer para concluir a construção do nosso objeto de pesquisa.

É preciso, entretanto, esclarecer essa afirmação, porque ela pode dar margem a uma interpretação errônea. Não é raro que se confunda a pesquisa em si com o método que ela utiliza, sem se dar assim maior importância às definições que temos aqui considerado como condições preliminares para a escolha do método. Quando Rob Farr diz que nenhum método é especialmente privilegiado, ele não está dizendo que todos os métodos servem para a pesquisa das representações independentemente de seu enquadramento teórico-conceitual. O que ele está constatando é que a adoção de diferentes quadros teóricos específicos de referência – ou seja, as chamadas teorias complementares – resulta em opções preferenciais por diferentes métodos, de modo que a teoria geral das representações sociais não se vincula obrigatoriamente ela própria a nenhum método.

Por outro lado, argumentamos no capítulo sobre a fundamentação teórica da pesquisa empírica que era legítimo combinar aquelas diferentes perspectivas na construção do objeto de pesquisa, pois elas complementam a teoria geral em diferentes direções. De fato, se nosso problema de pesquisa tiver dado origem a objetivos que se orientem em duas ou mais daquelas direções, podemos combinar as perspectivas teóricas que lhes correspondem e empregar os métodos que lhes sejam mais apropriados. Não se trata aqui de um ecletismo teórico pelo qual se misturem distintas abordagens sem preocupação quanto à sua possível incompatibilidade, mas de uma articulação entre abordagens que se distinguem sim entre si mas são basicamente compatíveis.

A rigor, é difícil especificar quais são os métodos mais bem autorizados por cada uma das diferentes perspectivas complementares à *grande teoria*. Se quiséssemos insistir em uma apresentação esquemática e simplificada da questão, diríamos o seguinte: à perspectiva de Jodelet correspondem os métodos ditos qualitativos; à perspectiva de Doise, os tratamentos estatísticos correlacionais; à de Abric, o método experimental. Mas, embora essas preferências possam ser originalmente verdadeiras, observa-se hoje uma importante interpenetração entre elas.

Ilustremos essa articulação metodológica a partir da teoria do núcleo central, com a qual estamos mais familiarizados. Tendo inaugurado esta teoria complementar através de um trabalho eminentemente experimental, Abric (1994b), não obstante, assim considera o papel da entrevista em profundidade – amplamente privilegiada por Jodelet – na pesquisa das representações sociais:

> "Por muito tempo considerada, eventualmente com o questionário, como o principal instrumento de

levantamento das representações, a entrevista em profundidade (mais precisamente a entrevista dirigida) constitui ainda, atualmente, um método indispensável em qualquer estudo sobre representações." (Abric, 1994b: 61)

Quanto à possibilidade de apropriação pelas demais perspectivas de algo da orientação experimental do Grupo do *Midi*, especificamente no que se refere ao procedimento de "*mise en cause*" ou questionamento, parece oportuno destacar a seguinte observação feita por Flament (1994b):

> "(...) nossos resultados sugerem fortemente a existência de um caráter de *necessidade*, que [é possuído por] alguns traços salientes [da representação], mas *não por todos eles*. (...) Nós apresentamos aqui um tipo de dados empíricos que não parece ter sido muito procurado senão em nosso laboratório. (...) parece-nos que esse tipo de dados pode ser perfeitamente reproduzido (...) e deveria portanto ser levado em consideração por qualquer teoria de representações sociais." (Flament, 1994b: 97)

> "A existência de elementos necessários em uma representação não exige a adoção da nossa teoria. Mas nós gostamos desta teoria, porque ela é cientificamente produtiva – por exemplo, por nos forçar a distinguir entre a saliência (quantitativa) e a necessidade (qualitativa) e a imaginar o teste de questionamento." (*ibid.*: 104)

Mas talvez estejamos nos adiantando muito no julgamento da adequação dos métodos, sem termos ainda forne-

cido ao leitor um quadro global da questão. Acreditamos que um tal quadro possa ser organizado em torno dos dois problemas metodológicos básicos: a coleta dos dados empíricos e a análise ou tratamento desses dados. A construção do objeto de pesquisa exige que ambos os problemas sejam equacionados desde o início, pelo menos em linhas gerais.

Esta consideração nos parece importante, porque não é pouco comum que pesquisadores iniciantes negligenciem um ou outro dos problemas na elaboração de seus projetos. Não só porque se trate realmente de escolhas difíceis de serem detalhadas, mas também porque freqüentemente eles não percebem a relação de interdependência que as duas fases da pesquisa guardam entre si. Como as técnicas de coleta e as de tratamento dos dados costumam ser estudadas em capítulos distintos nos manuais de metodologia, os estudantes encontram alguma dificuldade em inter-relacioná-los. Assim, por exemplo, podem se dispor a coletar os dados através de entrevistas não-diretivas, sem prever como os analisarão depois. Com isso, podem ficar com uma quantidade extremamente rica de dados, que acabam entretanto levando a resultados apenas impressionistas e bastante fracos do ponto de vista analítico. Ou, ao contrário, podem confiar excessivamente no poder de análise dos instrumentos estatísticos e descuidar de um melhor planejamento da coleta dos dados, resultando daí resultados sofisticados a respeito de não se sabe muito bem o quê.

O que queremos é alertar o jovem pesquisador para a necessidade de se informar razoavelmente bem sobre as possibilidades metodológicas articuladas de coleta e análise dos dados, para poder completar de forma satisfatória a construção do seu objeto de pesquisa. Estamos conscientes de que este é simplesmente um discurso exortativo, que

não lhe diz ainda concretamente o que fazer. Buscaremos em breve complementar esse discurso pela indicação de alguns textos sobre metodologia voltados especificamente para as representações sociais, os quais, por sinal, são raros tanto na literatura brasileira quanto na estrangeira. Por outro lado, os manuais gerais de metodologia da pesquisa em psicologia e nas ciências sociais são por certo úteis, mas precisam ser complementados pela crítica da aplicabilidade dos diferentes métodos e técnicas relatados ao estudo das representações sociais.

É por estas razões – escassez de textos específicos sobre métodos de pesquisa das representações sociais e necessidade de adaptação crítica das indicações dos textos gerais – que o papel do orientador assume uma importância crucial, mais talvez do que em outras áreas já consolidadas da psicologia social. Tendo já enfrentado as mesmas dificuldades para obter orientação bibliográfica, o orientador terá aprendido bastante através da própria prática da pesquisa, seja na condução dos projetos por ele mesmo elaborados, seja na orientação dos trabalhos de estudantes anteriores. Esta espécie de "tateamento" é talvez uma herança das avaliações feitas por Moscovici de sua abordagem como uma "teoria em construção" e de que tal construção deveria ser assegurada pela pesquisa empírica; uma herança pois que todos nós – orientadores e orientandos – temos que compartilhar.

De fato, mais de trinta anos após a proposição do esboço original da teoria das representações sociais, os resultados da prática da pesquisa empírica continuam a alimentar a sua construção. Para dar um exemplo, nossos dados sobre a representação social do conhecimento científico no Rio de Janeiro (Sá, 1996; Sá *et al*, 1996) foram reanalisados por Flament (1996), que os apresentou como mais um inequívoco

apoio à proposição sobre a existência de alguns elementos distintivamente necessários em uma representação social. Esta noção de elementos não-negociáveis remonta a Moscovici, mas sua demonstração empírica tem sido, como já noticiamos, proporcionada pela teoria do núcleo central. É com a incorporação das interpretações ensejadas por resultados como este, reclamada por Flament, que a teoria das representações sociais continuaria a se construir.

Há uma outra lição que queremos transmitir, antes de passar à indicação objetiva de fontes para a familiarização com as exigências metodológicas específicas da pesquisa em representações sociais. Trata-se de um campo que ainda permite – e solicita mesmo – algo como um espírito de aventura na perseguição do conhecimento científico. Não há nele procedimentos cristalizados, cuja não-observância possa resultar na imediata exclusão de alguém do rol de "pesquisadores sérios". O que se exige é uma seriedade autêntica no engajamento do pesquisador em sua própria aventura metodológica.

Para exemplificar negativamente, não se pode atribuir seriedade científica a um estudo no qual apenas se entreviste um leque qualquer de pessoas a respeito de um suposto objeto de representação e se apresente as falas mais interessantes por elas produzidas como resultados de uma pesquisa científica. Este pode ser o resultado legítimo de uma pesquisa jornalística – que nós próprios consumamos com prazer e elogiemos a competência do autor –, mas não se trata de uma pesquisa psicossociológica. O que dissemos anteriormente sobre um modismo inconseqüente na pesquisa das representações sociais e a produção de pseudo-representações tem como alvo esses arremedos de pesquisa, que em nada contribuem para o desenvolvimento do campo, mas apenas o fazem inchar.

Agora, positivamente, o que podem buscar os jovens pesquisadores como orientação metodológica, para não cair em tão pouco meritória companhia como a que vem de ser descrita? Como já assinalamos, as alternativas – além da própria experiência de pesquisa de seu orientador – não são muitas, mas há algumas obras de consulta realmente imprescindível. Em termos de uma orientação crítica geral, recomendamos fortemente a leitura dos textos de Wolfgang Wagner (1994) e de Mary Jane Spink (1993b), nas coletâneas brasileiras *Textos em representações sociais* (Guareschi e Jovchelovitch, 1994) e *O conhecimento no cotidiano* (Spink, 1993). Os demais textos disponíveis em português serão indicados à medida que abordarmos as questões metodológicas específicas de que eles tratam.

A prática articulada mais comum de pesquisa – quase o "romeu e julieta" das representações sociais – combina a coleta de dados através de entrevistas individuais com a técnica para o seu tratamento conhecida como "análise de conteúdo". Passada que tem sido, sistematicamente, de orientador para orientando já há mais de dez anos, a indicação do livro de Bardin (1979) sobre a análise de conteúdo, uma tradução portuguesa, mantém-se como uma referência útil e relevante. A esta acrescenta-se o texto, também em português, de Jorge Vala (1986). Vale ainda consultar o capítulo de Cartwright sobre "análise do material qualitativo" no livro de Festinger e Katz (1974).

Ainda quanto à análise de conteúdo, sugerimos a consulta ao capítulo de Souza Filho (1993) no livro de Spink, em que ele trata não apenas da análise de entrevistas, mas também do material verbal publicado pela imprensa, retomando os próprios dados de Moscovici. De fato, esta combinação entre a coleta de textos escritos e a análise de seu conteúdo, embora menos explorada do que

a análise de entrevistas, constitui um recurso metodológico importante na pesquisa das representações sociais. Os textos devem ser selecionados, obviamente, por seu envolvimento com o objeto da representação e podem ser buscados não apenas na imprensa, mas também em documentos oficiais, na literatura e manifestações afins e em registros de ordem pessoal, como cartas, diários, etc. Uma vantagem de seu uso é que podemos tentar identificar de modo mais objetivo as origens, circunstâncias e propósitos de tal produção verbal, o que nas entrevistas sofre a interferência do fato de que a audiência a que o sujeito especificamente se dirige é o próprio pesquisador que a provocou.

O tratamento do material verbal não se esgota entretanto com a análise de conteúdo, quantitativa ou qualitativa. Os variados recursos e perspectivas englobados sob o rótulo de "análise do discurso" também podem ser proveitosamente utilizados. Uma dessas perspectivas, a da lógica natural, já foi explicitamente articulada à pesquisa das representações sociais (Grize, Vergès e Silem, 1988). Sua noção-chave de "esquematização" é caracterizada por Jean-Blaise Grize (1989) em termos de cinco aspectos:

> "a) Uma esquematização é a colocação em discurso
> b) do ponto de vista [representação] que um locutor A
> c) se faz – ou tem – de uma certa realidade R.
> d) Esta colocação em discurso é feita para um interlocutor (...) B
> e) em uma dada situação de interlocução (...)." (Grize, 1989: 154)

Como se pode facilmente depreender, esta forma contextualizada de analisar a representação tem impor-

tantes implicações para a própria coleta anterior do discurso como um dado de pesquisa. Nesse sentido, considerando a situação de interlocução da entrevista, transcrevemos três recomendações feitas por Grize (*op. cit.*) quanto ao "tipo de perguntas a fazer aos sujeitos para provocar respostas suscetíveis de fornecer indícios tão confiáveis quanto possível de suas representações" (p. 165):

> "1) (...) três níveis de representações (...), na ordem de complexidade crescente, são as imagens mentais, as representações referenciais e os sistemas de relações. É então claro que as perguntas devem ser formuladas de modo a que o sujeito seja levado a se colocar no mais alto desses três níveis. Não é senão no seio de um sistema de relações que (...) é possível superar a simples análise dos conteúdos para extrair verdadeiras organizações cognitivas.
>
> 2) Na medida em que, com D. Jodelet, se aceita que as representações sociais devem servir de 'guia para a ação', seus conteúdos não podem ser indiferentes aos sujeitos. (...) não se vê como, nesse tipo de saber, seja possível separar o cognitivo do afetivo (...). Segue-se que as perguntas devem ser formuladas de modo a deixar lugar para os julgamentos de valores (...).
>
> 3) Enfim, parece-me necessário evitar as questões de definição. Pedir a alguém uma definição abstrata – quero dizer, abstração feita de qualquer uso imediato – não é ter acesso às suas representações, mas no máximo à maneira como ele se representa que convenha 'cientificizar' a noção." (Grize, 1989: 165-7)

Ainda com relação à coleta de dados por meio de entrevistas, é uma noção bastante difundida a de que o material discursivo do qual se queira extrair as representações deve ter sido produzido pelos sujeitos da forma mais espontânea possível. Esta é a razão pela qual alguns rejeitam os questionários e defendem o uso exclusivo de entrevistas não-diretivas. A rigor, esta é uma questão delicada, que não nos parece poder ser resolvida pelo apelo à não-diretividade. O problema não está em se fazer perguntas diretas, mas sim na qualidade das perguntas que são feitas, entendendo-se qualidade aí como uma decorrência da pesquisa estar criteriosamente informada pela teoria. A espontaneidade não é uma garantia de ampla revelação das representações, podendo mesmo ter, ao contrário, o efeito de encobri-las. Flament (1994a), por exemplo, é taxativo quanto a isto, na esteira de sua proposição da hipótese da condicionalidade:

> "Se um ensinamento (...) pode já ser tirado dessas diversas considerações, é bem o de que o discurso espontâneo dos sujeitos está longe de revelar a complexidade das representações sociais. (...) Condicionalidade, centralidade qualitativa *versus* saliência quantitativa, encadeamentos complexos de associações [são] todas coisas que os sujeitos não revelam senão se lhes fizermos boas perguntas! O que, para nós, explica as decalagens aparentes entre representações sociais e práticas efetivas, pois o discurso espontâneo não é a representação social." (Flament, 1994a: 115-6)

Jodelet, igualmente, defende a necessidade de fazer boas perguntas aos sujeitos, ao privilegiar a técnica da

entrevista em profundidade. Ela sugere que se comece com perguntas de caráter mais concreto, factuais e relacionadas às experiências cotidianas dos sujeitos, para gradativamente passar a perguntas que envolvam reflexões mais abstratas e julgamentos. As perguntas são formuladas precisamente para ir além da espontaneidade em direção ao que por várias razões não é comumente dito. Por exemplo, algo pode não ser revelado de forma espontânea simplesmente porque se trata de um conhecimento óbvio para a população estudada; mas não para o pesquisador, que deve portanto perguntar para chegar a descobri-lo. A estratégia empregada por Jodelet assegura a consistência teórica do método, pois com freqüência o não dito – por exemplo, uma premissa implícita que se omite – constitui um conteúdo principal da representação.

Seguramente, também os pesquisadores do Grupo de Genebra empenham-se em formular perguntas teoricamente consistentes na elaboração dos questionários, que eles privilegiam em termos metodológicos. À diferença das entrevistas, em que o pesquisador pode alterar o seu curso em direções que se mostrem mais promissoras, nos questionários todas as perguntas relevantes precisam estar previstas e formuladas de antemão. Esta é talvez uma das razões para a grande extensão que comumente caracteriza os questionários preparados pelo Grupo. Uma outra razão remete mais diretamente à interdependência entre a coleta e a análise dos dados. Os diversos tratamentos estatísticos empregados orientam-se – como argumentado por Doise, Clemence e Lorenzi-Cioldi (1992) – para a identificação de diferentes aspectos das representações: aqueles compartilhados pela maioria da população; aqueles em que se revelam variações interindividuais; aqueles que evidenciam suas relações com as posições sociais dos sujeitos. A solicitação

de uma boa quantidade de posicionamentos específicos dos sujeitos – ou seja, em relação a uma diversidade de aspectos do objeto de representação – parece constituir nesse caso a estratégia necessária para a obtenção de resultados estatísticos teoricamente interpretáveis.

A estratégia empregada pelo Grupo do *Midi* se distingue ainda das de Jodelet e de Doise. Embora a entrevista tenha seu emprego recomendado nas fases inicial e final da pesquisa, uma ênfase maior é colocada na produção direta de "temas da representação" através de técnicas de associação ou evocação livre, que Abric (1994b) assim justifica:

> "O caráter espontâneo – portanto menos controlado – e a dimensão projetiva dessa produção deveriam portanto permitir o acesso, muito mais fácil e rapidamente do que em uma entrevista, aos elementos que constituem o universo semântico do termo ou do objeto estudado. A associação livre permite a atualização de elementos implícitos ou latentes que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas." (Abric, 1994b: 66)

Os pesquisadores ligados à teoria do núcleo central estão interessados, entretanto, em conhecer não apenas os conteúdos da representação, mas também sua estrutura ou organização interna. Para isso, desenvolveram um conjunto adicional de técnicas, que, segundo Abric (*op. cit.*), repousam todas sobre um mesmo princípio: "Pedir ao sujeito para efetuar ele mesmo sobre sua própria produção um trabalho cognitivo de análise, de comparação, de hierarquização" (p. 108). O fato de que os próprios sujeitos informem como os elementos cognitivos anteriormente levantados se estruturam na sua representação constitui a

marca distintiva desta estratégia de articulação entre a coleta e a análise dos dados sob orientação da teoria.

Uma questão intimamente relacionada com a distinção entre as três estratégias metodológicas que acabam de ser descritas é a do número de sujeitos que devam ser contatados. Na estratégia que combina a coleta de dados através de questionário com seu tratamento estatístico e que pode ser aplicada a um grande número de sujeitos, é possível – e é desejável – que estes constituam uma amostra representativa da população estudada. O problema, portanto, se resolve com o emprego das técnicas de amostragem já consagradas.

No caso das entrevistas em profundidade, o tempo necessário tanto para a coleta quanto para a análise dos dados impede que esse requisito amostral seja cumprido. Argumenta-se muitas vezes que ele não chega a ser mesmo necessário, visto que a representação manifestada por um certo número de sujeitos e por um número maior seria a mesma. Costuma-se empregar um critério conhecido como de "saturação" para chegar a esse número-limite (não definido previamente) no decorrer da pesquisa: quando os temas e/ou argumentos começam a se repetir isto significaria que entrevistar uma maior quantidade de outros sujeitos pouco acrescentaria de significativo ao conteúdo da representação; pode-se então realizar mais umas poucas entrevistas e parar.

Finalmente, as técnicas privilegiadas pelos pesquisadores do núcleo central, embora não demandem tanto tempo quanto as entrevistas, devem também – várias delas – ser aplicadas individualmente e com freqüência em duas etapas. Isto faz com que o número de sujeitos nessas pesquisas acabe por se situar entre os poucos das entrevistas e os muitos dos questionários. Não há exatamente uma justifi-

cativa para isso, mas algo como uma herança das origens experimentais da teoria, segundo a qual os grandes números só seriam necessários para um controle estatístico das varáveis, não quando se as submete a um controle experimental; o que, de resto, também não chega a acontecer na maioria das pesquisas do Grupo. Por outro lado, para a aplicação dos testes de hipóteses necessários em várias dessas pesquisas é preciso um número mínimo de sujeitos que pode exceder aquele satisfatório para as pesquisas qualitativas.

Parece-nos interessante noticiar ainda a utilização algo recente de uma outra técnica de coleta da produção discursiva dos sujeitos, que teve origem na pesquisa sobre os efeitos da comunicação de massa: os *focus groups* (Millward, 1995), que poderíamos traduzir como "grupos focais". Seu interesse para o campo das representações sociais reside no fato de que ela de certo modo simula as conversações espontâneas pelas quais as representações são veiculadas na vida cotidiana. Seis a oito pessoas de uma dada população são reunidas para discutir um determinado assunto – o foco externo do grupo, um objeto de representação – sob a orientação de um moderador. Em que pese um certo grau de artificialidade, os grupos focais podem fazer emergir uma boa quantidade dos mesmos temas e argumentos que fariam parte de uma conversação sobre o assunto no ambiente natural. A análise do conteúdo ou do discurso é a forma de tratamento desses dados. Um número de sessões – determinado pelo critério da saturação – pode ser conduzido com diferentes indivíduos da mesma população.

Os métodos e técnicas de coleta e de análise dos dados que examinamos neste capítulo são os mais comumente empregados, mas obviamente não esgotam o arsenal

à disposição do pesquisador das representações sociais. Para ilustrar a "falta", noticiemos o desenvolvimento sistemático de duas estratégias metodológicas específicas – não estritamente vinculadas às perspectivas teóricas aqui privilegiadas – por pesquisadoras brasileiras: a análise do discurso em estudos de caso, por Spink (1994); o procedimento projetivo de "desenhos-estórias com tema", por Vaisberg (1996).

Uma outra falta, mais geral, que o leitor deverá ter notado, se refere ao método e às técnicas de observação, pelos quais se tem acesso às práticas sócio-culturais como uma variável relevante a focalizar na pesquisa das representações sociais. No Capítulo 3, fizemos alusão às práticas e à importância de sua observação apenas no âmbito dos estudos exploratórios que devem ser realizados para a identificação preliminar dos fenômenos de representação social. Embora uma perspectiva etnográfica explícita tenha sido incorporada apenas à abordagem teórico-metodológica de Jodelet, a teoria geral e a teoria do núcleo central conferem uma igual ênfase à articulação entre práticas e representações. O fato de que isto não pareça refletido neste capítulo se deve à dificuldade de transmissão dos procedimentos observacionais. De fato, trata-se quase de uma arte, cujo domínio não pode ser alcançado senão através da própria prática social da pesquisa. De pouco adiantaria, por exemplo, aconselhar genericamente o jovem pesquisador a inserir-se no grupo a ser estudado, para realizar uma "observação participante", e a manter um "diário de campo".

Algo que também parece faltar para tornar as estratégias de observação mais acessíveis aos psicólogos sociais é a codificação teórica das práticas sociais e culturais em termos de comportamentos observáveis. Esta possibilidade tem sido desenvolvida por autores como Lamal (1989),

Glenn (1991) e Guerin (1994). Nós mesmos (Sá, 1993b, 1994) já propusemos uma interpretação nesse sentido – especificamente a propósito do estudo das representações sociais – e pretendemos continuar a desenvolvê-la em uma articulação, que julgamos promissora, com a teoria do núcleo central. Não nos parece de todo impossível que daí venham a emergir alguns desdobramentos úteis em termos metodológicos.

Concluindo, esperamos que esta breve resenha de algumas estratégias metodológicas de pesquisa sirva como uma orientação proveitosa para as decisões, escolhas e combinações que o jovem pesquisador terá que fazer. Gostaríamos de aproveitar ainda este parágrafo final do livro para insistir em que as questões que acabamos de discutir em capítulos separados somente assumem seu inteiro sentido quando articuladas na construção do objeto de pesquisa. Assim, se o leitor veio consultar logo de saída o capítulo sobre metodologia, por julgar que ali encontraria tudo o que podia lhe interessar no momento, pedimos que volte ao início e leia o livro todo, por favor.

Referências bibliográficas

ABRIC, J-C. (1984) L'artisan et l'artisanat: analyse de contenu de la structure d'une représentation sociale. *Bulletin de Psychologie*, 37 (366): 861-875.

—. (1994a) Représentations sociales: aspects théoriques. In: J-C. ABRIC (Org.). *Pratiques Sociales et Représentations.* Paris: PUF, 11- 35.

—. (1994b) Méthodologie de recueil des représentations sociales. In: J-C. ABRIC (Org.). *Pratiques Sociales et Représentations.* Paris: PUF, 59-82.

ALMEIDA, A.M.O. (1994) The teacher's professional identity and their representations about children's competence. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

ALVES-MAZZOTTI, A.J. (1994) Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Em Aberto*, 14 (61): 60-78.

ARRUDA, A. (1993) Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 234-265.

—. (1996) The Brazilian imaginary of the natural environment and its inhabitants: difference and identity. *3.ème Conférence Internationale sur les Représentations Sociales*, Aix-en-Provence.

BAKIRTZIEF, Z. (1994) A study of compliance to leprosy treatment according to social representations theory. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

BARDIN, L. (1979) *Análise de Conteúdo.* Lisboa: Edições 70.

BAUER, M. (1994) Towards the social representation of human genetics: public perceptions and press coverage of the human genome project in Britain. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1974) *A Construção Social da Realidade.* Petrópolis: Vozes.

BERNARDES, J. (1994) The social representation of madness. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

CAMARGO, B. V. (1997) Communication et prévention du sida: étude sur le rapport entre l'information télévisuelle, les représentations sociales et la pratique préventive chez les jeunes licéens. Paris: *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Tese de Doutorado).

CAMPOS, P.H.F. & ABRIC, J-C. (1996) Les éducateurs et leur représentation sociale de l'enfant de rue au Brésil. In: J-C. ABRIC (Org.). *Exclusion Sociale, Insertion et Prevention.* Saint-Agne: Erès, 137-149.

CARTWRIGHT, D. (1974) Análise do material qualitativo. In: L. FESTINGER & D. KATZ (Orgs.). *A Pesquisa na Psicologia Social.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 403-449.

CASTRO, R.V. (1993) Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 149-187.

CHOMBART DE LAUWE, M.J. (1979) *Un Monde Autre: l'Enfance.* Paris: Payot; (1991).*Um Outro Mundo: a Infância.* São Paulo: Perspectiva.

DE ROSA, A.S. (1987) The social representations of mental illness in children and adults. In: W. DOISE & S. MOSCOVICI (Orgs.). *Current Issues in European Social Psychology*, Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 47-138.

DOISE, W. (1990) Les représentations sociales. In: R. GHIGLIONE, C. BONNET & J.F. RICHARD (Orgs.). *Traité de Psychologie Cognitive.* Paris: Dunod, Vol. II: 111-174.

—. (1993) Debating social representations. In: G.M. BREAKWELL & D.V. CANTER (Orgs.). *Empirical Approachs to Social*

Representations. Oxford: Clarendon Press, 157-170.

DOISE, W., CLÉMENCE, A. & LORENZI-CIOLDI, F. (1992) *Représentations Sociales et Analyse de Données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

DOISE, W., CLÉMENCE, A., ROSA, A.S. & GONZALEZ, L. (1995) La représentation sociale des droits de l'homme: une recherche internationale sur l'étendue et les limites de l'universalité. *Journal International de Psychologie*, 30 (2): 181-212.

DUVEEN, G. (1994) Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: P. GUARESCHI & S. JOVCHELOVITCH (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 261-293.

FARR, R. (1993) Theory and method in the study of social representations. In: G.M. BREAKWELL & D.V. CANTER (Orgs.). *Empirical Approaches to Social Representations*. Oxford: Clarendon Press, 15-38.

FLAMENT, C. (1994a) Aspects périphériques des représentations sociales. In: C. GUIMELLI (Org.). *Structures et Transformations des Représentations Sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 85-118.

—. (1994b) Consensus, salience and necessity in social representations – technical note. *Papers on Social Representations*, 3 (2): 97-105.

—. (1996) Approche structurale et aspects normatifs des représentations sociales. *3.ème Conférence Internationale sur les Représentations Sociales*, Aix-en-Provence.

GIAMI, A. *et al.* (1994) *Des infirmières face au sida: représentations et conduites, permanence et changement*. Paris: Éditions INSERM.

GILLY, M. (1989) Les représentations sociales dans le champ éducatif. In: D. JODELET (Org.). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 363-386.

GLENN, S.S. (1991) Contingencies and metacontingencies: relations among behavioral, cultural and biological evolution. In: P.A. LAMAL (Org.). *Behavioral Analysis of Societies and Cultural Practices*. New York: Hemisphere.

GRIZE, J-B. (1989) Logique naturelle et représentations sociales. In: D. JODELET (Org.). *Les Représentations Sociales*. Paris: PUF,

152-168.
GRIZE, J-B., VERGÈS, P. & SALEM, A. (1987) Salariés face aux nouvelles technologies: vers une approche socio-logique des représentations sociales. Paris: Éditions du CNRS.
GUARESCHI, N.M.F. (1993) A criança e a representação social de poder e autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 212-233.
GUARESCHI, P. (1994) "Sem dinheiro não há salvação": ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: P. GUARESCHI & S. JOVCHELOVITCH (Orgs.). *Textos em Representações Sociais.* Petrópolis: Vozes, 191-225.
GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). (1994) *Textos em Representações Sociais.* Petrópolis: Vozes.
GUERIN, B. (1994) *Analysing Social Behavior.* Reno: Context Press.
GUIMELLI, C. (1994) La fonction d'infirmière: pratiques et représentations sociales. In: J-C. ABRIC (Org.). *Pratiques Sociales et Représentations.* Paris: PUF, 83-107.
HARRÉ, R. (1984) Some reflections on the concept of social representation. *Social Research*, 51: 927-38.
HERZLICH, C. (1969) *Santé et Maladie: Analyse d'une représentation sociale.* Paris: Mouton.
—. (1986) Représentations sociales de la santé et de la maladie et leur dynamique dans le champ social. In: W. DOISE & A. PALMONARI (Orgs.). *L'Étude des Représentations Sociales.* Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 157-170.
JESUÍNO, J.C., SÁ, C.P., COSTA PEREIRA, F.J., MÖLLER, R.C., SOUTO, S.O. & BATISTA, A.M. (1997) Representações sociais do mundo do trabalho por estudantes brasileiros e portugueses. *IX Encontro Nacional de Psicologia Social*, Belo Horizonte.
JODELET, D. (1984) Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: S. MOSCOVICI (Org.). *Psychologie Sociale.* Paris: PUF, 357-378.
—. (1986) Fou et folie dans un milieu rural français: une approche monographique. In: W. DOISE & A. PALMONARI (Orgs.). *L'Étude des Représentations Sociales.* Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 171-192.

—. (1989a) Représentations sociales: un domaine en expansion. In: D. JODELET (Org.). *Les Représentations Sociales*. Paris: PUF, 31-61.

—. (1989b) *Folies et Représentations Sociales*. Paris: PUF.

—. (1992) Mémoire de masse: le côté moral et affectif de l'histoire. *Bulletin de Psychologie*, 45 (405): 239-256.

—. (1997) Comunicações pessoais da autora, Rio de Janeiro.

JOFFE, H. (1994) "Eu não", "o meu grupo não": representações sociais transculturais da aids. In: P. GUARESCHI & S. JOVCHELOVITCH (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 297-322.

JOVCHELOVITCH, S. (1994) Public life and the genesis of social representations. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

—. (1996) In defence of representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 26 (2): 121-135.

KUYUMJIAN, M.M.M. (1997) O lúdico das práticas sociais dos garimpeiros. *Encontro Nacional sobre Representação Social e Interdisciplinaridade*, João Pessoa.

LAMAL, P.A. (1989) Análise comportamental de sociedades e práticas culturais. *Forum Educacional*, 13 (4): 3-10.

LANE, S.T.M. (1985) Linguagem, pensamento e representações sociais. In: S.T.M. LANE & W. CODO (Orgs.). *Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 32-39.

LEME, M.A.V.S. (1993) O impacto da teoria das representações sociais. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 46-57.

MADEIRA, M.C. (1994) The children of misery: social representations of street children. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

MILLWARD, L. (1995) Focus groups. In: G.M. BREAKWELL, S. HAMMOND & C. FIFE-SCHAW (Orgs.). *Research Methods in Psychology*. London: Sage, 274-292.

MOLINER, P. (1993) ISA: l'induction par scénario ambigu: une méthode pour l'étude des représentations sociales. *Révue Internationale de Psychologie Sociale*, 2: 7-21.

MÖLLER, R.C. (1996) A representação social do fenômeno

participativo em organizações públicas do Rio de Janeiro. *Política e Administração*, 3 (1): 43-51.

MORIN, M. (1994) Entre représentations et pratiques: le sida, la prévention et les jeunes. In: J-C. ABRIC (Org.). *Pratiques Sociales et Représentations*. Paris: PUF, 109-144.

MOSCOVICI, S. (1976) *La Psychanalyse, son Image et son Public*. Paris: PUF.

MOURA, W. & MOURA, A.L.F. (no prelo) Representações sociais das condições de trabalho: uma contribuição ao estudo da saúde do trabalhador. In: W. MOURA (Org.). *Trabalho e Doença Existencial*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.

NASCIMENTO-SCHULZE, C.M. (1993) As representações sociais de pacientes portadores de câncer. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano*. São Paulo: Brasiliense: 266-279.

—. (1996) Representações de germanidade, identidade étnica e vitalidade etnolingüística. In: C.M. NASCIMENTO-SCHULZE (Org.). *Novas Contribuições para a Teorização e Pesquisa em Representações Sociais*. Florianópolis: Coletâneas da ANPEPP, 1 (10): 109-123.

—. (1997) Representações sociais das teorias da física e do tempo. *XXVI Congresso Interamericano de Psicologia*, São Paulo.

NÓBREGA, S.M. (1996) Représentation sociale de la folie: la construction de l'altérité sur la figure du fou. *3.ème Conférence Internationale sur les Représentations Sociales*, Aix-en-Provence.

ORDAZ, O. & VALA, J. (1998) Objectivação e ancoragem na representação social do suicídio na imprensa. *Análise Social*, 33 (no prelo).

PALMONARI, A. (1982) On becoming a psychologist: a field study in Italy. In: J-P. CODOL & J-P. LEYENS (Orgs.). *Cognitive Analysis of Social Behavior*. Hague: Martinus Nijhoff, 207-226.

PERRUSI, A. (1995) *Imagens da Loucura*. São Paulo: Cortez.

PHILOGENE, G. (1994) "African American" as a new social representation. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

POESCHL, G. (1996) Influence des pratiques traditionnelles et du discours actuel sur la représentation des rôles conjugaux. *3.ème*

Conférence Internationale sur les Représentations Sociales, Aix-en-Provence.

ROUQUETTE, M-L. (1984) Les communications de masse. In: S. MOSCOVICI (Org.). *Psychologie Sociale.* Paris: PUF, 495-512.

—. (1996) Social representations and mass communication research. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 26 (2): 221-231.

SÁ, C.P. (1992) Representações e práticas sociais: notas preliminares sobre a identificação dos fenômenos de representação social. *Anais do 4.º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, Brasília, 125-127.

—. (1993a) Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 19-45.

—. (1993b) Sobre a circunscrição do conceito de representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 6 (1/2): 107-113.

—. (1994) Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Papers on Social Representations*, 3 (1): 40-46.

—. (1996) *Núcleo Central das Representações Sociais.* Petrópolis: Vozes.

SÁ, C.P., MÖLLER, R.C. & MEDEIROS, A.A. (1990) Contracontrole social na educação: representações sociais da escola pública em uma favela do Rio de Janeiro. *Forum Educacional*, 14 (3): 93-108.

SÁ, C.P., SOUTO, S.O. & MÖLLER, R.C. (1993a) Socialização do saber acadêmico: um estudo sobre a vulgarização do conhecimento científico. *Psicologia & Práticas Sociais*, 1 (2): 23-49.

—. (1993b) Socialização do saber acadêmico: um estudo sobre as relações entre as iniciativas de divulgação científica e seus consumidores. *Psicologia & Práticas Sociais*, 1 (3): 33-45.

—. (1996) La représentation sociale de la science par des consommateurs et par des non-consommateurs de la vulgarisation scientifique. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 29: 29-38.

SÁ, C.P., BELLO, R.A. & JODELET, D. (1997) A representação social das condições de eficácia das práticas de cura da Umbanda. *IX Encontro Nacional de Psicologia Social*, Belo Horizonte.

SÁ, C.P., VALA, J. & MÖLLER, R.C. (1996) Memória social, representações e atribuição causal: um estudo comparativo sobre o quinto centenário de 1492. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 48 (1): 03-19.

SÁ, C.P. & VALA, J. (1997) Five hundredth anniversary of the discovery of Brazil: Brazilian and Portuguese social memory. *Small Group Meeting on Collective Memory*, Bari, 139-144.

SANTOS, M.F. (1996) A velhice na zona rural: representação social e identidade. In: C.M. NASCIMENTO-SCHULZE (Org.). *Novas Contribuições para a Teorização e Pesquisa em Representações Sociais.* Florianópolis: Coletâneas da ANPEPP, 1 (10): 59-83.

SATO, L. (1993) A representação social do trabalho penoso. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 188-211.

SAWAIA, B.B. (1993) Representação e ideologia: o encontro desfetichizador. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 73-84.

SOUTO, S.O. (1993) O jogo de papéis e representações sociais na universidade: o estudo de um caso particular. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 292-311.

SOUZA, L. (1995) *Olho por Olho, Dente por Dente: Representação de justiça e identidade social.* São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo / USP (Tese de Doutorado).

SOUZA FILHO, E.A. (1993) Análise de representações sociais. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 109-145.

—. (1996) A dimensão grupal/identitária na produção de representações sociais. In: C.M. NASCIMENTO-SCHULZE (Org.). *Novas Contribuições para a Teorização e Pesquisa em Representações Sociais.* Florianópolis: Coletâneas da ANPEPP, 1 (10): 85-107.

SPINK, M.J. (Org.). (1993a) *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense.

—. (1993b) O estudo empírico das representações sociais. In: M.J. SPINK (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 85-108.

—. (1994) Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de

análise das representações sociais. In: P. GUARESCHI & S. JOVCHELOVITCH (Orgs.). *Textos em Representações Sociais.* Petrópolis: Vozes, 117-145.

—. (1996) Representações sociais: questionando o estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, 8 (2): 166-186.

SPINK, M.J. *et al.* (1996) Risk in the life-space and risk management in the aids scenario. *3.ème Conférence Internationale sur les Représentations Sociales*, Aix-en-Provence.

TRINDADE, Z.A. (1996) Representação social: "modo de conhecer" no cenário da saúde. In: Z. TRINDADE & C. CAMINO (Orgs.). *Cognição Social e Juízo Moral.* Rio de Janeiro: Coletâneas da ANPEPP, 1 (6): 45-59.

TURA, L.F.R. (1997) *Os Jovens e a Prevenção da Aids no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (Tese de Doutorado).

VAISBERG, T.M.J.A. (1996) "La victime innocente": représentations d'adolescents brésiliens sur le malade mental par l'usage du procédé de dessins/histoires. *3.ème Conférence Internationale sur les Représentations Sociales*, Aix-en-Provence.

VALA, J. (1986) A análise de conteúdo. In: A.S. SILVA & J.M. PINTO (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais.* Porto: Edições Afrontamento, 101-128.

—. (1993) Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In: J. VALA & M.B. MONTEIRO (Orgs.). *Psicologia Social.* Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 353-384.

—. (1994) Issues on the structuring role of social representations in group identity. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

VERGÈS, P. (1994) Problèmes méthodologiques posés par les comparaisons internationales de représentations sociales. *2.ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Rio de Janeiro.

WAGNER, W. (1994) Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: P. GUARESCHI & S. JOVCHELOVITCH (Orgs.). *Textos em Representações Sociais.* Petrópolis: Vozes, 149-186.

—. (1996) Queries about social representation and construction.

Journal for the Theory of Social Behaviour, 26 (1): 95-120.

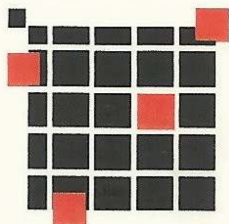
WAGNER, W., ELEJABARRIETA, F. & LAHNSTEINER, I. (1995) How the sperm dominates the ovum: objectification by metaphor in the social representation of conception. *European Journal of Social Psychology*, 25: 671-688.

ZONTA, C. (1997) *Práticas e Representações Sociais de um Bairro da Periferia: Os elementos centrais e periféricos do campo representacional*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica / PUC (Tese de Doutorado).

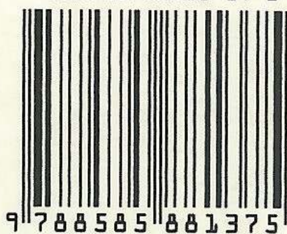
Sobre o autor

Celso Pereira de Sá é Doutor em Psicologia pela Fundação Getulio Vargas, e Professor Titular de Psicologia Social na UERJ. Dedica-se ao campo de estudo das representações sociais desde 1987, tendo aplicado suas proposições teóricas e metodológicas na pesquisa de temas como a escola pública em meio social desprivilegiado, a popularização da ciência pelos meios de comunicação de massa, a economia e o mundo do trabalho na perspectiva de estudantes universitários e as práticas de cura em religiões afro-brasileiras.

Atualmente, pesquisa a memória social do descobrimento do Brasil a partir das representações de brasileiros e portugueses no contexto da comemoração do quinto centenário. É autor de outro livro neste campo de estudos, *Núcleo Central das Representações Sociais*, bem como de diversos artigos e capítulos de livros.



A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais



ed uerj